



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FINANÇAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA: 1880 A 1929

Juliana Alice Gonçalves

Florianópolis, Dezembro de 2004.

Juliana Alice Gonçalves

FINANÇAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA: 1880 A 1929

Monografia submetida ao Departamento de
Ciências Econômicas para aprovação na
Disciplina CNM 5420 – Monografia.

Orientador: Prof. João Rogério Sanson, Dr.

Florianópolis, Dezembro de 2004.

FINANÇAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA: 1880 A 1929

Juliana Alice Gonçalves

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 para a aluna Juliana Alice Gonçalves na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. João Rogério Sanson, Dr.
Presidente

Álvaro Dezidêrio
Membro

Felipe Amin Filomeno
Membro

Aos meus pais, Vera e Orildo, cujos ensinamentos serviram de alicerce para que eu chegasse até aqui e que mesmo não podendo estar o tempo todo ao meu lado sempre estiveram presente me fortalecendo com seu carinho.

Ao meu noivo Marcelo, companheiro incondicional, obrigada por tudo.

À minha amiga Criscie, uma das melhores descobertas que tive nessa caminhada.

“O triunfo do mal repousa na inércia dos homens bons.”

Edmund Burke

AGRADECIMENTOS

É difícil expressar com palavras como foi importante poder contar com vocês durante esta etapa tão difícil.

Ao meu professor, Dr. João Rogério Sanson que não mediu esforços em me ajudar, sua contribuição foi fundamental para realização deste trabalho. Foi muito bom poder ter sido sua aluna e ter tido a honra de presenciar momentos em que o Sr. transmitia a sua sabedoria.

A todos os professores do Departamento de Economia da UFSC. Esta conquista não é só minha, é de vocês também.

Aos meus pais, meus irmãos, minha avó, enfim, a toda a minha família que sempre me acolheu com palavras de carinho e incentivo, sou muito feliz por tê-los em minha vida, amo vocês.

Ao meu noivo Marcelo pelo apoio, incentivo, paciência e compreensão. Obrigada por compreender as minhas inúmeras ausências. Amo muito você.

A todos os grandes amigos que fiz durante esta etapa da minha vida, em especial a Criscie, Nicole, Raquel e Lisandro. Foi muito bom poder contar com o apoio de vocês quando o esforço já não conseguia mais vencer o cansaço. Guardarei boas lembranças e os levarei sempre em meu coração.

Enfim, a todos vocês o meu sincero muito obrigada.

RESUMO

Gonçalves, Juliana Alice. **Finanças Públicas de Santa Catarina: 1880 a 1929**. 2004. 95f. Monografia (Curso de Economia) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina 2004.

Orientador: João Rogério Sanson, Dr.

O objetivo deste trabalho é fazer um levantamento dos dados sobre as finanças públicas de Santa Catarina entre os anos de 1880 e 1929. Para tal, foi necessário levantar dados referentes à formação econômica de Santa Catarina e do processo de desenvolvimento econômico e social do Estado. Para facilitar a compreensão do assunto, o período estudado foi dividido em três subperíodos com base nos momentos de mudanças econômicas significativas: o primeiro vai de 1880 a 1889 e compreende o período em que Santa Catarina ainda era governada por presidentes de província, o segundo período vai de 1890 a 1902 e compreende uma das maiores crises do país, o “encilhamento”, e o governo de Campos Salles e, por fim, o último período tem início em 1903 e se estende até 1929. Realizou-se ainda um comparativo entre as receitas e despesas catarinenses com as receitas e despesas da União para que fosse possível avaliar o desempenho das finanças públicas do Estado. O estudo foi feito com base nos relatórios primeiramente dos presidentes da província e em seguida nos relatórios dos governadores do Estado. Também foram utilizadas outras obras consideradas importantes para o desenvolvimento do trabalho. Com base no estudo da evolução da receita e da despesa catarinense apontou-se os principais problemas encontrados pela administração para atingir o equilíbrio das finanças. A avaliação dos dados permite concluir que as situações de déficit prevaleceram durante todo o período estudado e que isso foi fruto, principalmente, da grande necessidade de investimentos necessários para que o Estado pudesse se desenvolver. Também foi possível concluir que a evolução das contas públicas catarinenses acompanhou a evolução das contas públicas da União.

Palavras – Chave: Receita; Despesa; Orçamento.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE TABELAS	11
CAPÍTULO I	
O PROBLEMA	12
1.1. Introdução	12
1.2. Especificação do problema de pesquisa e justificativa	14
1.2. Objetivos	14
1.3. Metodologia	15
CAPÍTULO II	
EVOLUÇÃO HISTÓRICO – ECONÔMICA DE SANTA CATARINA.....	16
2.1. A conjuntura da década de 1880 a 1914	16
2.2. As regiões e o processo de industrialização.....	17
2.3. O apogeu da indústria tradicional e a ascensão da indústria dinâmica (1914 – 1930)	23
2.3.1. Substituição de importações	25
2.3.2. Aspectos administrativos e Política econômica.....	25
2.4. Aspectos Públicos no desenvolvimento da Economia Brasileira	26
CAPÍTULO III	
FUNDAMENTOS ECONÔMICOS E FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL	29
3.1. Atribuições econômicas do governo	29
3.2. Classificação da receita.....	30
3.3. Classificação da despesa	31
3.4. O Crescimento das Despesas Públicas.....	32
3.5. Concepção Tradicional ou Clássica de Finanças Públicas	32
3.6. A Evolução da Estrutura Tributária	33
CAPÍTULO IV	
FINANÇAS PÚBLICAS EM SANTA CATARINA DE 1880 A 1929.....	35
4.1. Período de 1880 a 1889	36
4.1.1. Sobre a receita.....	37
4.1.2. Sobre a despesa.....	41
4.1.3. Sobre a dívida	46
4.2. Período de 1890 a 1902	48
4.2.1. Sobre a receita.....	49
4.2.2. Sobre a despesa.....	53
4.2.3. Sobre a dívida	57
4.3. Período de 1903 a 1929	58
4.3.1. Sobre a receita.....	59
4.3.2. Sobre a despesa.....	69
4.3.3. Sobre a dívida	76

4.4. Avaliação dos dados	81
CAPÍTULO V	
FINANÇAS DE SANTA CATARINA E DA UNIÃO – 1880 A 1929	83
5.1. Média das receitas e despesas da União	83
5.2. Média das receitas e despesas de Santa Catarina.....	85
5.3. Comparação da receita catarinense com a receita da União	86
5.4. Comparação da despesa catarinense com a despesa da União	88
CAPÍTULO VI	
CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Receita orçada e receita efetiva –1880 a 1889.	41
GRÁFICO 2: Despesa autorizada e despesa realizada – 1880 a 1889.	44
GRÁFICO 3: Receitas e despesas efetivas – 1880 a 1889.	46
GRÁFICO 4: Receitas e despesas efetivas – 1895 a 1902.	57
GRÁFICO 5: Receita orçada e receita efetiva – 1903 a 1929.	69
GRÁFICO 6: Despesa autorizada e despesa realizada – 1903 a 1929.	74
GRÁFICO 7: Receita efetiva e despesa realizada – 1903 a 1929.....	76
GRÁFICO 8: Receitas e despesas efetivas da União- 1880 a 1929.	84
GRÁFICO 9: Receitas e despesas efetivas de Santa Catarina – 1880 a 1929.....	86
GRÁFICO 10: Receitas efetivas da União e de Santa Catarina – 1880 a 1929.	88
GRÁFICO 11: Despesas realizadas da União e de Santa Catarina – 1880 a 1929.....	89

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Exportações catarinenses – 1906 a 1929.....	23
TABELA 2. Presidentes da Província e Governadores Catarinenses – 1880 a 1930.....	36
TABELA 3. Receita orçada e receita efetiva catarinense – 1880 a 1889.....	37
TABELA 4. Despesa autorizada e despesa realizada catarinense – 1880 a 1889.....	41
TABELA 5. Receitas e despesas efetivas – 1880 a 1889.....	45
TABELA 6. Receitas e despesas efetivas – 1895 a 1902.....	49
TABELA 7. Receita catarinense orçada e efetiva – 1903 a 1929.....	59
TABELA 8. Despesa autorizada e despesa realizada catarinense – 1903 a 1929.....	70
TABELA 9. Receitas e despesas efetivas – 1903 a 1929.....	75
TABELA 10. Média das receitas e despesas efetivas da União –1880 a 1929 – em contos de réis.....	83
TABELA 11. Média das receitas e despesas de Santa Catarina – 1880 a 1929 – em contos de réis.....	85
TABELA 12. Receita média da União e receita média catarinense – 1880 a 1929 – em números índices na base 100.....	87
TABELA 13. Despesa média da União e despesa média catarinense – 1880 a 1929 – em números índices na base 100.....	89

CAPÍTULO I

O PROBLEMA

1.1. Introdução

O trabalho apresenta um levantamento dos dados referente às finanças públicas em Santa Catarina entre os anos de 1880 e 1929 e procura identificar as maiores dificuldades encontradas pela administração no sentido de controlar os gastos e os meios utilizados para obtenção de recursos.

O equilíbrio das contas públicas mostra-se muito importante na criação de condições positivas para o desenvolvimento econômico do Estado. Por este motivo iremos identificar a importância da intervenção do governo na economia, quais eram os meios utilizados para se alcançar o desenvolvimento econômico e como a administração se comportava diante da necessidade de encontrar o equilíbrio financeiro e de atender as principais necessidades da época.

Durante o século XIX o acesso aos produtos importados e exportados era precário, não havia condições infra- estruturais para o desenvolvimento desta prática. A situação das estradas, por exemplo, era precária tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos. A vinda de imigrantes europeus, principalmente após 1880 e a fundação de novos núcleos coloniais possibilitou a introdução de novas mercadorias na pauta de exportações, mas até 1930 o padrão nacional de crescimento foi dominado pelo capital mercantil agrário.

No capítulo II, será abordada a evolução histórico – econômica de Santa Catarina. Entre 1880 e 1914 a vinda de imigrantes para o Brasil foi intensificada e tem início a primeira fase do desenvolvimento industrial. O ano de 1880 marca o momento em que o capital industrial nasce e começa a dar condições para o desenvolvimento da pequena produção e do capitalismo mercantil. Santa Catarina passa a se destacar economicamente com atividades carboníferas, através da construção férrea e, principalmente, através da indústria têxtil que teve seu desenvolvimento impulsionado, em grande parte, por imigrantes alemães.

No capítulo III iremos tratar das atribuições econômicas do governo, de conceitos consideradas importantes para o estudo das finanças e, de uma forma sintética, do desenvolvimento da economia brasileira.

No capítulo IV iremos abordar as finanças catarinenses entre 1880 e 1929. O estudo será feito com base nos relatórios dos presidentes da província e nos relatórios dos governadores do Estado, procuraremos identificar os aspectos referentes à organização financeira de Santa Catarina.

No capítulo V será feita uma comparação entre as despesas e receitas catarinenses com as despesas e receitas brasileiras durante o período estudado para que possamos avaliar o desempenho da economia catarinense.

No capítulo seguinte será exposta a conclusão da pesquisa.

1.2. Especificação do problema de pesquisa e justificativa

O trabalho trata das Finanças Públicas de Santa Catarina entre os anos de 1880 e 1929 onde procuramos identificar o desempenho das contas públicas.

O estudo histórico do desenvolvimento de Santa Catarina permite avaliar os resultados alcançados, identificar os êxitos e os pontos que podem (e devem) ser corrigidos.

Trataremos de alguns conceitos fundamentais sobre a ciência das Finanças Públicas que possibilitarão ao leitor entender o assunto abordado com maior facilidade.

O trabalho permite ainda uma comparação do desempenho da economia catarinense com o desempenho da economia nacional facilitando assim uma conclusão mais apurada sobre os resultados obtidos em Santa Catarina.

1.2. Objetivos

O principal objetivo deste trabalho é identificar e avaliar o desempenho da receita e da despesa catarinense entre os anos de 1880 e 1929. Para que isto seja possível analisaremos, secundariamente, a formação histórica e econômica de Santa Catarina e a forma como eram organizadas as finanças. Serão identificadas as atividades que prevaleceram nas diferentes regiões do Estado. Procuraremos também comparar o desempenho da economia catarinense frente à economia nacional com o objetivo de facilitar a compreensão de qual era a verdadeira situação da economia de Santa Catarina.

1.3. Metodologia

Para desenvolver o trabalho faz-se necessário à leitura, interpretação e análise de textos que falem sobre finanças públicas, pois os principais conceitos e definições das finanças públicas devem ser bem explicados para facilitar a compreensão dos assuntos tratados na pesquisa.

Procuraremos adequar o assunto aos problemas econômicos estudados no campo das ciências econômicas extraindo informações pertinentes à estruturação do presente trabalho.

O trabalho será feito com base, principalmente, nos relatórios dos presidentes da província e nos relatórios dos governadores do Estado que apresentam as principais características da economia catarinense e os principais problemas e dificuldades encontrados na busca pelo desenvolvimento. Assim, será possível identificar e analisar a evolução histórico- econômica de Santa Catarina e fazer uma comparação da economia catarinense com a economia brasileira.

Os relatórios utilizados foram encontrados no site da Universidade de Chicago na seção chamada “Mensagens dos Presidentes da Província” que fornece documentos brasileiros. O acesso é feito por Província e por ano e o período disponível para consulta é de 1830 a 1930.

Também serão utilizados outros referenciais teóricos bibliográficos relacionados à economia do Setor Público (com ênfase na área que trata das finanças públicas), a formação econômica de Santa Catarina e outros assuntos que se mostrem necessários para a execução do trabalho.

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO HISTÓRICO – ECONÔMICA DE SANTA CATARINA

Neste capítulo iremos identificar as principais mudanças da economia catarinense a partir de 1880, ou seja, o processo de transição de uma economia de subsistência que satisfazia apenas as necessidades locais e que sustentava o sistema colonial para uma economia industrial onde se destacavam especialmente as indústrias têxteis e alimentícias. Serão também abordadas as características gerais da conjuntura econômica de Santa Catarina que propiciaram a implantação da indústria tradicional no período estudado. Para tanto serão utilizadas as obras de, CEAG (1980), Piazza (1983), Leff (1991), Tronca (1993) e Goularti (2002).

2.1. A conjuntura da década de 1880 a 1914

O Brasil chegou ao final do século XIX com uma forte base agrária mercantil e com uma fraca base industrial, é a partir de 1880 que essa situação começa a mudar.

Nas décadas de 1880 e 1890 a indústria catarinense passou por momentos favoráveis, até mesmo indícios de substituição de importações para alguns produtos (alimentício e têxtil) foram constatados. Houve aumento na demanda por combustíveis, cimento e ferro devido ao surto industrial iniciado na década de 1880. Segundo Goularti pode-se dizer que o período que se inicia em 1880 e se estende até 1914 pode ser classificado como a primeira fase do desenvolvimento industrial catarinense (2002, p.62).

Alguns fatores mostraram-se extremamente importantes para esse processo. A crise européia de 1873 expulsou de lá mão – de – obra especializada e pequenos empresários, isso propiciou um aumento demográfico considerável em Santa Catarina que foi fundamental para o processo de industrialização que conseqüentemente aumentou a oferta de mão- de- obra e estimulou a montagem de uma infra- estrutura em termos de rede ferroviária e rede elétrica.

Um novo surto industrial nacional surgiu em 1907 e se estendeu até 1920, mas este novo surto concentrou-se especialmente no estado de São Paulo e do Rio de Janeiro onde já existiam melhores condições infra- estruturais (portos, ferrovias, urbanização). Santa Catarina praticamente não teve participação nesse novo surto industrial porque aqui, neste período, ainda ocorria a consolidação do processo de industrialização iniciado em 1880.

2.2. As regiões e o processo de industrialização

O processo de industrialização catarinense é normalmente explicado através da divisão do Estado em regiões. As regiões são: o Vale do Itajaí onde predominou a indústria têxtil e a indústria alimentícia, Joinville e o nordeste de Santa Catarina com o mate, o sul do Estado com o carvão e o Vale do Rio do Peixe com o mate e a madeira.

No Vale do Itajaí, até 1880 a produção era quase que exclusivamente de produtos agrícolas destinados ao mercado local e regional, a indústria têxtil surgiu somente com a chegada dos imigrantes alemães. Blumenau foi o agente central do processo de industrialização que consagrou os produtos têxteis e alimentícios e consolidou a pequena indústria (1880 e 1914). As condições sócio – culturais e sócio – econômicas trazidas pelos imigrantes propiciaram a criação de um mercado local e determinaram o sucesso da

colônia. Nas primeiras décadas do século XX Blumenau já começava a apresentar características de um pequeno centro fabril repleto de malharias e tecelagens. Assim, a economia de subsistência e artesanato acabou por ceder seu espaço para a economia de mercado.

As características mais importantes da economia do Vale do Itajaí, na transição do século XIX para o século XX, são: o surgimento de uma economia de mercado industrial, os produtos têxteis passaram a adquirir maior importância para a economia, os produtos alimentícios passaram a ser produzidos de forma industrial e não mais artesanalmente, instalaram-se mecanismos de crédito, instalou-se energia hidrelétrica, instalou-se o sistema viário, equilibrou-se a balança comercial e a monetarização substituiu o escambo.

Brusque também foi muito importante no processo de industrialização do Vale do Itajaí com as ações de pioneirismo como é o caso, por exemplo, de Feddersen Hering que inaugurou o sistema de crédito local.

A extração madeireira na região também se destacou no início do século XX.

Esse conjunto de fatores contribuiu para que o Vale do Itajaí se tornasse uma das regiões mais industrializadas do Estado.

Joinville e o nordeste de Santa Catarina apresentaram uma industrialização dentro do mesmo modelo apresentado no Vale do Itajaí. No que se refere à origem do excedente para a industrialização o processo foi basicamente o mesmo onde se destacou o complexo formado pelo comércio de importação e exportação e o sistema colônia – venda onde os imigrantes foram essenciais. A atividade econômica inicial era rudimentar, basicamente de subsistência, porém as condições para lavoura não eram favoráveis e acabaram provocando um desvio dos colonos dos trabalhos agrícolas para outras atividades, especialmente a construção de estradas.

A construção de estradas além de ser a solução para os problemas da colônia representava a expansão do Planalto Norte que posteriormente viria a se especializar no fator de sucesso econômico de Joinville: a madeira e o mate.

Joinville sempre esteve vinculada mais a Curitiba do que as outras cidades do Estado. A estrada D^a Francisca foi fundamental para o desenvolvimento da economia de Joinville não só por ser o escoadouro da madeira e do mate, mas também por atrair empresários do sul do Paraná que industrializavam e exportavam o mate. O comércio do mate se tornou extremamente lucrativo a partir de 1880 e fez de Joinville um importante entreposto comercial. A região ficou conhecida como uma extensão da economia ervateira do Paraná.

No que se refere à madeira a Colônia D^a Francisca, atual Joinville, não só atuava na extração da madeira como também na exportação de mobília. Outro ramo da indústria de Joinville foi à produção têxtil, porém, esta indústria teria de competir com a indústria do Vale do Itajaí.

No sul do Estado foi frustrada a tentativa de evolução econômica através do carvão. Nessa região prevaleceram os imigrantes italianos. Esses colonos estavam em todas as regiões, mas inicialmente concentravam-se principalmente no Vale de Itajaí Mirim (Brusque) e do Tijucas (Nova Trento), porém a partir de 1877 eles começaram a se deslocar para o sul do Estado (principalmente Criciúma).

A colonização italiana era de origem basicamente rural e foram eles que introduziram técnicas como a rizicultura e vinicultura. Os imigrantes italianos estiveram sempre ligados a agricultura, a produção era principalmente de feijão, milho, cana, trigo e uva. Mesmo com a exploração carbonífera, a partir de 1915, a agricultura continuou, mas também se desenvolveram a pecuária e a suinocultura.

Também imigraram para a região alemães e poloneses que se concentraram na prática da agricultura de subsistência e da pesca.

Encontrou-se carvão na região, pela primeira vez, em 1828 e mais tarde houve interesse do governo em explorar junto ao carvão o ferro. Porém, a exploração do carvão só foi intensificada em 1876 por uma empresa inglesa.

Segundo CEAG (1980, p. 92) foram embarcadas 2.000 toneladas de carvão através de Imbituba em 1887, no entanto a empresa que explorava o minério foi desfeita porque o nosso carvão não poderia competir com o inglês devido ao alto custo do frete brasileiro. Com isso o carvão teria que esperar para ser objeto de exploração, dessa vez por empresas nacionais.

No Vale do Rio do Peixe destacou-se, sobretudo, a produção do mate e também o setor madeireiro. No fim do século XIX o mate começou a ser explorado em terras particulares, acabando assim com a extração livre. Isso provocou o êxodo dos economicamente e socialmente desclassificados, pois, esse contingente se refugiava nas terras antes desocupadas. O coronelismo controlava o poder nos Estados e facilitava esse tipo de prática. O movimento de grupos marginais, que oscilavam entre o fanatismo e o banditismo, foi eliminado pela força militar oficial em uma guerra que se estendeu de 1912 a 1915.

Esta região foi alvo de disputa desde meados do século XIX. No início do século XX a questão se agravou devido à competição econômica. No Planalto Norte empresas paranaenses e catarinenses se chocavam e a disputa exigiu a intervenção federal. Coronéis e empresas estrangeiras colocavam-se contra posseiros. O conflito de interesses ervateiros entre catarinenses e paranaenses acabou por romper o acordo econômico formado entre a área de Joinville e de Curitiba.

O extremo – oeste foi muito importante no desenvolvimento da economia madeireira de Santa Catarina após 1922. A madeira passou a ser escoada através de balsas pelo rio Uruguai para a Argentina a partir de Passo Bormann (Chapecó) e outras localidades ribeirinhas.

Até o final do século XX o tropeirismo era a principal atividade econômica do planalto serrano, mas com a construção de ferrovias essa atividade foi decrescendo aos poucos até praticamente desaparecer. Pode-se dizer que o Planalto lageano teve como função predominante a de “território de passagem” para abastecimento do centro até 1920. Esse processo sofreu uma crise em 1860, outra em 1897 e entrou definitivamente em declínio a partir de 1920.

Na zona litoral de Florianópolis havia um atraso agrícola e uma propensão à pesca. A mandioca foi um dos principais produtos exportados juntamente com o milho, o feijão e o arroz o que acabou por estimular o comércio e a construção naval que foram fundamentais na constituição do excedente econômico.

Os imigrantes sírios, gregos e alemães que chegaram em Desterro entre o século XIX e o século XX foram importantes para as atividades comerciais.

O fumo também foi importante para a economia catarinense. Segundo Piazza (1983, p.557) o produto era exportado em folhas principalmente para as fábricas de charutos da Alemanha, manufaturado em charutarias nacionais ou ainda utilizado para fabricar “fumo de corda”.

Portanto, podemos dizer que a economia catarinense, durante a Primeira República, foi predominantemente agrícola.

A base da arrecadação do Estado durante o período estudado era a cobrança de impostos onde se destacava, principalmente, o imposto cobrado sobre as exportações. No

entanto, a arrecadação do imposto de exportação com base em vendas dentro do país tinha a mesma natureza que o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) cobrado na venda para outros Estados, portanto, do ponto de vista do país esta cobrança não pode ser tida como um imposto sobre exportação.

A partir de 1910 até o final dos anos 20 o valor das exportações catarinenses aumentou muito e esse ritmo se manteve também nos anos 30.

Segundo Goularti o aumento das exportações, para o mercado interno, entre 1915 e 1929, deve ser entendido a partir da expansão do complexo cafeeiro e seus desdobramentos na expansão urbana de São Paulo, devido ao forte processo de diversificação econômica ocorrido nos anos 20 em São Paulo e no Rio de Janeiro, devido a expansão urbana da capital federal, devido a construção de ferrovias na região sul e sudeste que ligavam o interior catarinense aos portos e devido a proximidade de duas cidades importantes: Curitiba e Porto Alegre (2002, p.83). Para exemplificar esta situação utilizaremos os dados referentes à exportação catarinense que estão expostos na tabela 1 e que abrangem o período de 1906 a 1929.

TABELA1. Exportações catarinenses – 1906 a 1929

ANO	EXPORTAÇÕES PARA O INTERIOR	EXPORTAÇÕES PARA O EXTERIOR	TOTAL
1906	5.381:645\$420	2.412:495\$239	7.794:140\$659
1907	7.813:865\$459	2.439:770\$994	10.253:636\$453
1908	7.991:925\$991	2.362:402\$343	10.354:328\$334
1909	5.941:925\$797	2.117:508\$528	8.119:434\$325
1910	4.627:962\$058	2.264:014\$445	6.891:976\$503
1911	5.953:494\$040	2.264:058\$416	8.217:552\$456
1912	6.150:234\$757	1.974:515\$803	8.124:750\$560
1913	7.398:608\$919	1.832:434\$000	9.231:042\$919
1914	7.292:828\$139	1.676:439\$340	8.969:267\$479
1915	12.814:165\$431	1.575:718\$465	14.389:883\$896
1916	12.909:580\$647	2.271:410\$850	15.180:991\$497
1917	15.002:119\$789	5.125:799\$462	20.127:919\$246
1918	20.157:354\$095	5.718:871\$637	25.876:225\$732
1919	24.314:325\$300	10.481:232\$171	34.795:557\$471
1920	29.255:891\$246	8.543:353\$733	37.799:244\$979
1921	24.982:047\$611	6.019:459\$389	31.011:507\$000
1922	34.155:609\$556	8.736:197\$818	42.891:807\$374
1923	46.464:101\$984	11.298:270\$260	57.762:372\$244
1924	65.098:510\$365	12.218:258\$635	77.316:769\$000
1925	74.256:850\$485	13.169:780\$071	87.426:630\$556
1926	50.019:498\$177	9.878:811\$950	59.898:310\$127
1927	63.919:672\$034	12.697:457\$462	76.617:129\$496
1928	80.989:069\$386	5.057:314\$936	86.046:384\$322
1929	65.484:550\$000	17.586:867\$000	83.071:417\$000

Fonte: Relatórios dos presidentes de Província e Governadores do Estado

2.3. O apogeu da indústria tradicional e a ascensão da indústria dinâmica (1914 – 1930)

Os anos da Primeira Guerra Mundial e os vinte anos seguintes foram muito importantes para a evolução econômica de Santa Catarina. Teve início o processo de substituição de importações e de inserção da economia catarinense no mercado nacional.

Entre os anos de 1912 e 1916 destaca-se no Estado a questão do Contestado. Em 1918 ocorre uma Reforma Tributária e até 1924 verifica-se a conjuntura administrativa ‘herciliista’¹.

O ano de 1930 também foi muito importante do ponto de vista econômico.

Para Tronca (1993) no fim da década de 20 uma tendência mundial de crise começou a aparecer; este fato se agravou ainda mais com a quebra da Bolsa de Nova York. No Brasil estes fatos aliados às medidas de superproteção ao café contribuíram para que em 3 de outubro de 1930 estourasse, em quase todo o território nacional, a Revolução.

O governo de Santa Catarina mostrou-se fiel ao então presidente Washington Luís e teve seu território invadido por forças do Rio Grande do Sul. A invasão fez-se em direção a capital do Estado, Florianópolis.

Em Santa Catarina o apoio a Getúlio não foi total devido às diversas opiniões que existiam entre os chefes da Aliança Liberal.

Um dos objetivos do novo governo era a extinção das oligarquias estaduais, mas em Santa Catarina isso não se verificou. Já no que se refere ao setor administrativo, na República Velha políticos catarinenses se destacavam no cenário nacional e chegavam a ocupar Ministérios, como é o caso, por exemplo, de Lauro Muller. Mas, após 1930 isso foi ficando cada vez mais raro.

¹ Dr. Hercílio Pedro da Luz governou Santa Catarina de 28/09/1894 a 28/09/1898, foi vice- governador no mandato de 1918 a 1922 e voltou a governar o Estado entre 28/09/1922 e 25/10/1924 quando faleceu.

2.3.1. Substituição de importações

Entre os efeitos da Primeira Guerra Mundial na economia de Santa Catarina merece destaque o comportamento da indústria têxtil no que se refere às exportações, principalmente para o mercado paulista.

No porto de Itajaí, que era o principal escoadouro de produtos têxteis do Estado, verificou-se uma queda significativa nas importações de têxteis.

Nos anos 20 as exportações não apresentaram grandes mudanças quando comparada aos níveis existentes na Primeira Guerra. Em 1918 houve uma reforma fiscal que propiciou uma abertura maior de Santa Catarina para o mercado nacional e isso foi fundamental para que os níveis de exportação fossem mantidos. Porém, as exportações de tecido apresentaram uma considerável elevação entre 1922 e 1923 e entre 1926 e 1927. A indústria têxtil catarinense conseguiu competir com a forte indústria paulista.

2.3.2. Aspectos administrativos e Política econômica

Um dos mais importantes acontecimentos no que se refere à política administrativa e econômica estadual é o desfecho da questão do Contestado em 1916 que beneficiou Santa Catarina com a ampliação territorial.

Próximo ao fim da guerra que teve início em 1914 acentuava-se o processo de substituição de importações a nível nacional, com isso opta-se por uma política de restrição através da tributação de produtos. Mas, em 1915 o governo propõe a substituição deste imposto pelo territorial.

A década de 20 é marcada pelo surto industrial da zona de colonização alemã que foi favorecido pelo aumento da exportação de produtos industriais têxteis e alimentícios de Blumenau.

Na década de 30 verificam-se tendências centralizadoras, derrubavam-se as barreiras alfandegárias interestaduais. O ano de 1930 é considerado um marco de referência na evolução econômica brasileira. O setor agrícola cafeicultor sofria os efeitos da crise de 29 e o governo adotou políticas de financiamento da destruição de estoques. Este ano marca o início de uma fase de transição da economia agro- exportadora para a economia urbano-industrial.

As regiões catarinenses se desenvolveram através de características muito particulares que reunidas impulsionaram o desenvolvimento catarinense. A Primeira Guerra, de uma maneira geral, propiciou o início do processo de substituição de importações catarinense e uma maior participação no mercado nacional. A indústria têxtil, por exemplo, foi muito favorecida com este processo. A economia industrial do Estado passou a ganhar cada vez mais força e começou a se consolidar tanto a nível estadual quanto a nível nacional.

2.4. Aspectos Públicos no desenvolvimento da Economia Brasileira

O período posterior à independência brasileira foi marcado por protestos contra o governo central, contudo não houveram conflitos armados. O governo Imperial atuou com políticas que interferissem o mínimo possível nos investimentos e na produção. Durante o século XIX a demanda por alimentos era muito alta, os meios de transporte e as estradas eram problemáticos e isso elevava o preço dos produtos agrícolas.

Na segunda metade do século XIX as tarifas sobre as importações aumentaram e acabaram estimulando o desenvolvimento industrial. Os impostos sobre os produtos exportados beneficiaram setores que concorriam com as importações. Porém, o governo não tinha como principal objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, mas sim, atender aos interesses dos fazendeiros e latifundiários.

O governo não pôde desempenhar seu papel no que se refere ao desenvolvimento econômico porque estava interessado em se auto- engrandecer, em criar mais cargos públicos e adquirir maior controle sobre os recursos econômicos.

As despesas administrativas e militares correspondiam a grande parte dos gastos do governo central nas primeiras décadas do século XIX.

O governo não conseguiu dar ao país um estoque de capital adequado. A infraestrutura sócio- econômica não favorecia a formação de capital e apenas no fim do século XIX houve a ampliação da malha ferroviária que se mostrou decisiva para o desenvolvimento brasileiro.

Nas últimas décadas do século XIX as finanças públicas eram limitadas, o Estado era pressionado pelos grandes latifundiários a investir em fins que não proporcionavam o desenvolvimento econômico, muitas vezes os recursos disponíveis foram desviados para atividades consideradas atrativas, mas que não beneficiaram o desenvolvimento. Porém, esta situação vai se alterando ao longo do século. Os gastos relacionados ao desenvolvimento econômico começaram a aumentar e foram reduzidos os gastos com atividades integradoras.

Em 1889 o país mudou do regime Imperial centralizado para o de uma República Federal que descentralizou o poder e deu aos Estados maior autonomia fiscal e poder para tomada de empréstimos externos.

A partir de 1890 a formação de capital fixo só fez aumentar. Em 1891 ocorre a descentralização fiscal, mas até 1913 a receita fiscal do governo central ainda era muito superior à receita dos Estados.

O comércio exterior foi a principal fonte de receita fiscal durante o século XIX. O aumento das exportações foi muito importante porque aumentou a capacidade de tomar empréstimos do Estado. Portanto, pode-se dizer que as finanças públicas brasileiras expandiram-se paralelamente à expansão das exportações.

Segundo Leff (1991, p.130) pode-se dizer que ao longo do século XIX o governo brasileiro conseguiu manter a estabilidade social e política e a oferta de mão – de – obra barata vinda do exterior, mas não houve grandes investimentos em infra-estrutura, como por exemplo na construção de estradas de ferro que reduziriam os custos de transporte no interior. A maior fonte de receita tributária foi o comércio externo e os gastos concentravam-se, principalmente, na integração política, à burocracia e às forças armadas. As decisões relativas às finanças públicas eram tomadas pelo governo central e a oferta de bens públicos foi reduzida ao longo do século XIX.

CAPÍTULO III

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS E FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL

Neste capítulo iremos apresentar a evolução do setor público brasileiro, a importância do governo sobre o desenvolvimento econômico do país e as principais funções do governo.

Para o desenvolvimento deste capítulo utilizamos obras de, Musgrave (1959), Baleeiro (1964), Leff (1991) e Rezende (2001).

3.1. Atribuições econômicas do governo

Até boa parte do século XIX as políticas que interferiam na economia eram direcionadas, principalmente, aos interesses da classe burguesa que detinha alto poder de influência tanto na política quanto na economia brasileira.

Segundo Rezende o papel do governo na economia, que se limitava à prestação de serviços essenciais como justiça e segurança vem passando por constantes modificações. As atividades estão se desenvolvendo em direção à intervenção do governo no sistema econômico.

Hoje também é função do governo promover o bem estar social através de uma distribuição de renda mais eqüitativa, promover planos de previdência social e criar melhores condições de vida, principalmente, para as classes menos favorecidas.

O governo deve atuar na criação de bens públicos que tragam benefícios para a população em geral, na formulação de medidas que corrijam as desigualdades e na

distribuição de renda. Os gastos governamentais devem ser direcionados para beneficiar as classes de rendas mais baixas. É necessário evitar o impacto social e econômico de crises de inflação ou depressão.

Para Musgrave as principais atribuições econômicas governamentais desenvolveram-se no sentido de:

- Promover ajustamentos na alocação de recursos;
- Promover ajustamentos na distribuição de rendas; e
- Manter a estabilidade econômica.

3.2. Classificação da receita

As quantias recebidas pelos cofres públicos são chamadas de “entradas” ou “ingressos” (Baleeiro, 1964, p.147), mas nem todos os ingressos podem ser considerados como receita pública porque alguns podem ser classificados apenas como “movimentos de fundos”, ou “entradas de caixa”. É o caso, por exemplo, de fianças e depósitos recolhidos ao Tesouro e dos empréstimos contraídos pelos Estados.

A receita pública é a entrada que, integrando-se ao patrimônio público, vem a acrescentar como elemento positivo.

Normalmente, a receita pública é classificada como extraordinária ou ordinária. São receitas extraordinárias os impostos decretados em situações anormais como é o caso daqueles que surgem em tempos de guerra. Nesta categoria estão todas as receitas de caráter temporário.

As receitas ordinárias são subdivididas em receitas originárias ou de direito privado e receitas derivadas ou de direito público. As receitas originárias compreendem as rendas

provenientes de empresas comerciais ou industriais. As receitas derivadas compreendem as rendas que o Estado recolhe no setor privado, são os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria e as contribuições parafiscais.

3.3. Classificação da despesa

A classificação mais utilizada para a despesa foi a que a subdividiu entre despesas ordinárias e despesas extraordinárias.

As despesas ordinárias compreendem toda a rotina dos serviços públicos, já as despesas extraordinárias são as de caráter excepcional e que portanto não aparecem sempre nos orçamentos.

Outras classificações também surgiram. São exemplos a classificação entre despesas certas (que têm valor unitário) e despesas variáveis (onde o custo varia de ano para ano) e a classificação entre despesas constantes e inconstantes que podem, ou não, ter o mesmo valor em cada orçamento.

Do ponto de vista econômico as despesas podem ainda ser divididas em três grupos:

- Despesas de produção que representam o custo de serviços que o Estado oferece;
- Despesas reais que representam a transferência de coisas e serviços do setor público para o setor privado;
- Despesas de repartição que representam a redistribuição de rendimentos dentro da economia privada, sem deslocá-las para o setor público.

3.4. O Crescimento das Despesas Públicas

Para explicar o crescimento das despesas públicas podemos utilizar duas hipóteses teóricas: A chamada “Lei de Wagner” e a hipótese de Peacock e Wiseman.

A explicação de Adolph Wagner é que a medida em que cresce o nível de renda em países industrializados, o setor público cresce sempre a taxas mais elevadas, de tal forma que a participação relativa do governo na economia cresce com o próprio ritmo de crescimento econômico do país. A argumentação da “Lei de Wagner”, segundo Rezende (2001, p.21), aproxima-se de tentativas recentes de explicar o comportamento da evolução das despesas públicas a partir de estudos econométricos da demanda dos diferentes componentes da atividade exercida pelo governo.

Peacock e Wiseman explicam o crescimento das despesas em função das possibilidades de obtenção de recursos, e não da expansão de fatores que explicam o crescimento da demanda de serviços produzidos pelo governo. Os gastos do governo são limitados pela incapacidade na expansão da oferta, sendo que, a possibilidade de obtenção de recursos é explicada em decorrência de fatores exógenos, como por exemplo, as grandes guerras mundiais que levam a incrementos nas despesas.

3.5. Concepção Tradicional ou Clássica de Finanças Públicas

Na concepção tradicional de finanças públicas prevalece o pensamento econômico mercantilista, ou seja, a riqueza da nação estava no acúmulo de metais preciosos.

A base de sustentação da economia eram os estoques de ouro e prata. O país devia buscar exportar mais que importar. A manufatura era proibida nas colônias, onde todo o

comércio era monopólio da metrópole. A nação deveria ter uma grande população que constituiria seu mercado interno e traria abundância de mão – de – obra e forças de defesa. O povo e o governo deviam poupar, evitar os gastos e as importações.

Para os clássicos, como Adam Smith, Ricardo e Say, o Estado deveria atuar apenas na distribuição da justiça, da ordem e da defesa militar. A iniciativa privada era quem tinha melhores condições para administrar os recursos do povo e proporcionar a prosperidade social.

O governo ideal para os clássicos era aquele que apresentasse menos despesa e obtivesse o equilíbrio orçamentário.

3.6. A Evolução da Estrutura Tributária

Segundo Rezende (2001, p.42) quando não há crescimento os impostos diretos (principalmente o territorial e o rural) correspondem a maior parcela da arrecadação do governo. À medida que o país se desenvolve a arrecadação de impostos territoriais e rurais tende a cair, mas, nos países em desenvolvimento os impostos diretos também têm um papel muito importante na forma de tributação do rendimento pessoal e tende a representar uma parcela significativa da receita tributária do governo.

A tributação indireta, como os impostos sobre o comércio exterior, tem também um papel muito importante para países em desenvolvimento com baixo nível de renda.

No Brasil a tributação sobre o comércio exterior representava aproximadamente 50% das receitas arrecadadas pela União (importação) e 40% da receita estadual (exportação) no início do século XX, mas essa participação foi caindo progressivamente ao

longo do século e compensada pelo aumento dos impostos indiretos sobre transações internas.

A tributação direta sob a forma de Imposto sobre Renda também foi adquirindo importância cada vez maior para a arrecadação federal brasileira no decorrer do século XX.

CAPÍTULO IV

FINANÇAS PÚBLICAS EM SANTA CATARINA DE 1880 A 1929

O conteúdo deste capítulo será desenvolvido com base nos relatórios, dos presidentes da província e dos governadores do Estado, nas obras de Guanabara (1983), Tronca (1993) e Baer (2002). Neste capítulo serão abordados os principais problemas referentes às finanças e as medidas tomadas pelos respectivos presidentes/governadores no sentido de solucionar estes problemas.

O período estudado tem início em 1880, no entanto, não foi possível realizar a análise de alguns anos devido às más condições dos documentos ou ao fato de que eles não estão disponíveis.

A periodização utilizada neste capítulo não coincide com a periodização utilizada no capítulo II porque este capítulo enfatiza as finanças, com isso a série histórica estudada foi dividida em períodos com base nos momentos de mudanças econômicas significativas para o Estado e para o país com repercussões mais significativas no que diz respeito as finanças públicas. Ao todo serão três subperíodos divididos da seguinte forma: o primeiro que vai de 1880 a 1889 se refere à época em que Santa Catarina ainda era governada por presidentes de província. O segundo período é de 1890 a 1902 e compreende uma das maiores crises do país, o “encilhamento” e o governo do Presidente da República do Brasil Campos Sales (1898-1902) a quem se atribui a recuperação das finanças do país; Campos Sales ficou conhecido como o presidente que “botou ordem” nas contas do país. O terceiro e último período tem início em 1903 e se estende até 1930. Os três períodos compreendem, assim, os principais acontecimentos que marcaram as finanças do Estado de Santa Catarina.

A tabela 2 mostra quais foram os presidentes da província catarinense até 1889 e também quais foram seus governadores a partir de então até o ano de 1930.

TABELA 2. Presidentes da Província e Governadores Catarinenses – 1880 a 1930

MANDATO	CHEFE DO PODER EXECUTIVO
1880-1882	João Gonçalves Chaves
1882-1883	Antônio Gonçalves Chaves
1883-1884	Francisco Luis da Gama Rosa
1884-1885	José Lustosa da Cunha Paranaguá
1885-1888	Francisco José da Rocha
1888-1889	Col. Augusto Fausto de Souza
1889-1891	Lauro Severiano Muller
1892-1894	Manoel Joaquim Machado
1894-1898	Hercílio Pedro da Luz
1898-1902	Felipe Schmidt
1902-1906	Lauro Severiano Muller
1906-1910	Gustavo Richard
1910-1914	Vidal José de Oliveira Ramos
1914-1918	Felipe Schmidt
1918-1922	Hercílio Pedro da Luz
1922-1926	Hercílio Pedro da Luz
1926-1930	Adolpho Konder
1930	Fulvio Aducci

Obs.: no período do Império, as províncias tinham presidentes e na República, governadores.
 Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina

4.1. Período de 1880 a 1889

A análise dos dados referentes a este período mostrou-se muito complicada porque os relatórios disponíveis não eram muito claros e precisos.

Os dados disponibilizados pelos presidentes eram normalmente contestados por seus sucessores que em alguns casos chegavam até mesmo a divulgar novos números. A estrutura da despesa e da receita também não é apresentada, apenas os números totais eram divulgados o que dificulta o questionamento a respeito dos dados disponibilizados.

4.1.1. Sobre a receita

Inicialmente iremos apresentar a tabela 1 que contém os dados referentes à receita (em contos de réis) disponíveis para o período em questão.

TABELA 3. Receita orçada e receita efetiva catarinense – 1880 a 1889

ANO	RECEITA ORÇADA	RECEITA EFETIVA
1880	323:861\$962	322:290\$207
1881	314:406\$192	305:846\$808
1882	330:381\$451	277:771\$087
1883	340:210\$050	151:604\$112
1884	330:265\$000	360:119\$494
1885	415:551\$200	232:975\$525
1886	420:530\$200	363:437\$000
1887	423:200\$050	408:772\$146
1888	474:560\$552	632:553\$592
1889	406:544\$626	386:259\$313

Fonte: Relatório dos Presidentes da Província de Santa Catarina

O desenvolvimento industrial brasileiro foi, de maneira geral, impulsionado a partir de 1880; a indústria catarinense também foi beneficiada por este novo processo de desenvolvimento. Os produtos têxteis e alimentícios foram os principais responsáveis pela transição da economia que satisfazia apenas as necessidades locais para a economia industrial e isso foi fundamental para o desenvolvimento do Estado.

Em 1880 a renda apresentou um pequeno crescimento² em comparação aos anos de 1875 e 1877 quando as receitas efetivas foram, respectivamente, 275:938\$972 e 279:832\$415 e isso ocorreu devido, principalmente, ao aumento da demanda da farinha que foi uma consequência da seca do norte e do aumento do preço do produto. No entanto, os relatórios mostram que as receitas eram ainda insuficientes para cobrir as despesas.

² Para tanto verificar Mello (2003, p.62)

Em 1881 a receita efetiva voltou a cair. Os dados referentes ao primeiro semestre do exercício já eram insatisfatórios (129:715\$262) e a estimativa para o segundo semestre era ainda pior, pois se verificava na época uma redução das exportações tanto para dentro quanto para fora do Império e isso impactava diretamente sobre a receita do Estado.

Em 1882 o estado econômico da Província não era nada bom. O imposto de exportação da farinha e da mandioca era a principal fonte de renda e a alta do preço dos produtos continuou a provocar a redução das exportações. A falta de infra-estrutura, principalmente estradas, também limitava a participação de algumas regiões no que diz respeito à arrecadação do Estado.

A redução ainda maior da receita da Província neste ano também foi atribuída a queda da renda, consequência do desaquecimento do comércio e da indústria que acabou por provocar uma escassez de capital. Vários estabelecimentos estavam mostrando que não tinham sustentação econômica e com isso a maioria falia ainda no curto prazo. A redução da receita do Estado acabou por provocar o cancelamento dos serviços de melhoramento e das obras que deveriam ser executados pela Província neste exercício.

Em 1883 a receita tem uma nova grande queda que não foi explicada no relatório da tesouraria provincial. Segundo o inspetor Felix Lourenço de Siqueira a escassez de tempo para tomar conhecimento dos negócios relacionados à fazenda provincial e a falta de recursos não permitiriam a ele a apresentação de um trabalho como aquele que era desejado (Relatório de 1883, p.13).

No ano de 1884 houve uma significativa recuperação da receita. A receita arrecadada não atingiu a receita orçada, mas mesmo assim a recuperação foi muito bem vista pelos governantes da época. O relatório da tesouraria provincial atribuiu o aumento da

receita principalmente a cobrança de impostos interprovinciais e a cobrança de taxas diversas.

Em 1885 a receita arrecadada não atingiu o nível que se esperava. Neste ano, segundo o Coronel Manoel Pinto de Lemos apostou-se no desenvolvimento agrícola da Província através da criação de novos impostos e do aumento de outros já existentes, mas isso não proporcionou o crescimento da renda como se esperava. A abrangência da cobrança dos impostos era considerada insuficiente, a solução estava em abranger todos os gêneros de negócios e todas as indústrias da Província.

No ano de 1886, um dos principais problemas a serem resolvidos, segundo a tesouraria provincial, era a questão dos impostos. A receita estava fundamentada, principalmente, na tributação dos gêneros exportados para portos do Império e para portos estrangeiros e isso revelava a fragilidade da Província nesta época. Era necessário saber manter a carga tributária em seu nível ideal para que o Estado pudesse otimizar sua receita e estimular o desenvolvimento tanto da indústria quanto do comércio.

O relatório de 1887 não detalha a receita ou faz considerações relevantes sobre ela. Disponibilizou-se apenas o fato de que a receita arrecadada não atingiu a receita orçada .

Em 1888, apesar do aumento da receita, a Província Catarinense estava com seu comércio estagnado, existiam poucas indústrias e poucas fábricas. A principal fonte de arrecadação continuava sendo a cobrança de impostos, com isso eram constantes as apresentações de planos de reformas para os impostos existentes e propostas para a criação de outros. Contudo, o pagamento do funcionalismo público, que estava em atraso até então, foi posto em dia. A preocupação principal passou a ser então o equilíbrio entre a despesa e a receita.

Durante o exercício de 1889 vários problemas que precisavam de solução urgente vieram à tona e o saldo provincial era insuficiente diante de tais demandas. Dentre os principais problemas estavam: a construção e o reparo de estradas, pagamentos que deviam ser efetuados ao Hospital de Caridade da Capital, hospitais de Laguna e São Francisco, pagamento para canalização de obras públicas, entre outros. No entanto, mesmo com a queda brusca da receita arrecadada neste ano as principais obrigações haviam sido cumpridas e o funcionalismo estava com seus pagamentos em dia.

A base de sustentação da arrecadação durante todo este período era, sem dúvida, aquela que estava relacionada à cobrança de impostos sendo que o principal deles era o imposto sobre as exportações, tanto para o exterior quanto para dentro do próprio Império. Os impostos eram manipulados de todas as formas possíveis, ora criavam-se novos impostos, ora reestruturavam-se aqueles que já existiam. Este era um procedimento normal utilizado nas províncias que deixou de existir quando o Estado passou a ter governadores.

O gráfico 1 apresenta os dados disponíveis na tabela 3 e mostra que a arrecadação da Província durante este período teve muitas oscilações, o que tornava ainda mais difícil a elaboração dos orçamentos anuais. A receita efetiva esteve, na grande maioria do tempo, abaixo da receita orçada e isso certamente traria conseqüências, a longo prazo, para o Estado, pois os objetivos não estavam sendo atingidos e isso poderia provocar uma maior necessidade de se contrair empréstimos e financiamentos para que o Estado pudesse saldar as suas obrigações.

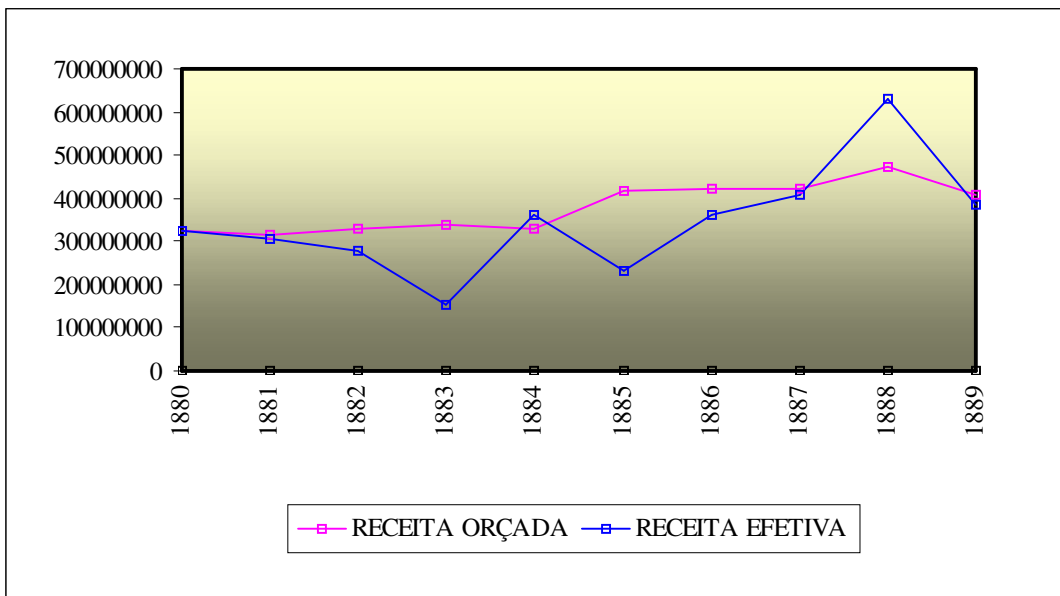


GRÁFICO 1: Receita orçada e receita efetiva – 1880 a 1889.

Fonte: Tabela 3

4.1.2. Sobre a despesa

A despesa anual deste período, tanto a autorizada quanto à realizada, estão expostas na tabela 4:

TABELA 4. Despesa autorizada e despesa realizada catarinense – 1880 a 1889

ANO	DESPEZA AUTORIZADA	DESPEZA REALIZADA
1880	323:861\$962	362:201\$444
1881	314:406\$192	330:224\$143
1882	316:103\$025	304:385\$924
1883	322:112\$036	123:769\$968
1884	330:265\$000	304:502\$523
1885	345:021\$100	312:975\$257
1886	420:530\$200	335:609\$000
1887	423:200\$050	403:943\$811
1888	474:560\$552	642:584\$460
1889	406:544\$626	459:492\$593

Fonte: Relatórios dos Presidentes de Província

Até 1880 a base da produção era a importação, mas a partir deste ano passou-se a acreditar que valeria a pena produzir os bens até então importados internamente (Baer, 2002, p.47). Assim os investimentos foram impulsionados em todo o país, inclusive em Santa Catarina que até então não dispunha de condições infra- estruturais que permitissem a desenvolvimento das empresas e indústrias. Com isso houve um incremento das despesas públicas em setores considerados essenciais para que essas indústrias pudessem de instalar no Estado e isso contribuiu para a existência dos déficit's deste período.

Os dados referentes ao ano de 1880 mostram que a despesa efetiva superou a despesa autorizada em 38:339\$482. Para equilibrar as finanças o próprio presidente propôs na câmara a criação de novos impostos, além de um maior controle, seguido de uma redução das despesas. Neste ano também se verificaram irregularidades fiscais que deixavam claro a necessidade de um controle mais rígido e eficiente sobre as finanças.

No ano de 1881 a despesa efetiva superou a despesa realizada em 15:817\$951. Dentre os principais componentes da despesa estavam: a aquisição de prédios, gastos com o Hospital de Caridade de Itajaí, obras na agência da colônia militar Santa Teresa e o auxílio a imigrantes. A solução apresentada para melhorar as finanças da Província e reduzir as despesas seria mais uma vez a alteração das taxas referentes à cobrança dos impostos e um maior controle sobre as despesas.

Em 1882 a despesa efetiva foi menor do que despesa autorizada em 11:717\$101, mas mesmo com a redução da despesa não foi possível evitar o déficit deste exercício que foi de 26:614\$837.

No ano de 1883 a despesa efetiva ficou bem abaixo da despesa autorizada, a diferença entre as duas foi de 198:342\$068, no entanto este resultado não pôde ser

comemorado porque ainda existiam contas a serem salgadas, como é o caso, por exemplo, do pagamento de funcionários que estavam ainda por serem feitos.

Em 1884 a despesa realizada foi novamente inferior a despesa autorizada, esta diferença foi de 25:762\$477, os gastos foram feitos, principalmente, com obras de socorros públicos, construção e reparo de estradas e com o estabelecimento de linhas telefônicas.

No ano de 1885 a despesa efetiva foi menor do que a despesa estimada para o período o que demonstra que houve realmente cortes e um maior controle das despesas. Mas ainda assim houve no exercício um déficit de 79:999\$732. A insuficiência na quantidade arrecadada e a escolha errada das fontes de renda eram apontadas pelos inspetores da tesouraria provincial como as principais causas da baixa renda e do déficit.

Em 1886 a despesa efetiva foi inferior a despesa autorizada em 84:921\$200. O exercício encerrou com um saldo a favor da Província de 27:828\$000. Este saldo positivo foi atribuído a arrecadação com as exportações externas e também a arrecadação com as exportações para o Império aliado a cobrança de outros impostos. Também foi constatada uma redução das despesas que demonstra a busca pelo equilíbrio das contas públicas.

O relatório de 1887 apenas cita o saldo positivo para Província de 4:828\$335, mas não cita detalhes referentes à despesa ou a receita. Os únicos dados disponíveis para este ano, além destes já citados, são a exportações externas que chegaram a 464:505\$707 e a exportações para o Império que totalizaram 530:927\$010.

Em 1888 a quantidade arrecadada voltou a ser menor do que a despesa realizada, o que gerou um déficit de 10:030\$868 que foi suprido com o saldo de exercícios anteriores. Na segunda metade deste exercício a Província catarinense foi prejudicada pelos efeitos das medidas sanitárias que fecharam nossos portos. Durante este período as indústrias foram as

que mais sofreram as conseqüências impostas por tal medida e a este fato atribuiu-se o déficit do exercício.

O exercício de 1889 apresentou um déficit de 73:233\$280. No entanto, apesar de as contas fecharem em déficit o presidente afirmou que havia deixado de fazer várias obras públicas que eram de extrema necessidade com o objetivo de baixar o déficit.

Durante este período o déficit prevaleceu. A necessidade de investimentos em infraestrutura era muito grande e estava intimamente ligada ao desenvolvimento da Província, afinal, não era possível estimular o comércio ou a indústria em locais que não apresentavam ao menos condições de tráfego.

Também é possível verificar o empenho dos presidentes da província no sentido de reduzir as despesas, aumentar a fiscalização e controlar os gastos a fim de equilibrar as contas públicas e evitar possíveis fraudes.

O gráfico 2 mostra as variações da despesa exposta acima.

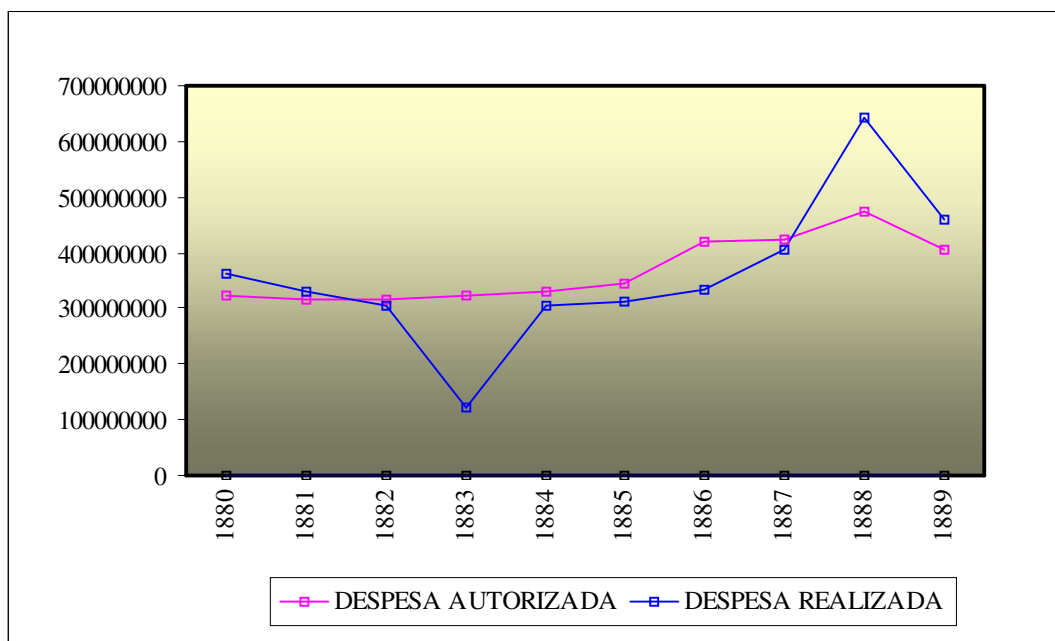


GRÁFICO 2: Despesa autorizada e despesa realizada – 1880 a 1889.

Fonte: Tabela 4.

A tabela 5 mostra quais foram as receitas e despesas efetivas do Estado entre os anos de 1880 e 1889 e apresenta ainda o saldo de cada ano.

TABELA 5. Receitas e despesas efetivas – 1880 a 1889

ANO	RECEITA EFETIVA	DESPESA REALIZADA	SALDO
1880	322:290\$207	362:201\$444	(-) 39:911\$237
1881	305:846\$808	330:224\$143	(-) 24:377\$335
1882	277:771\$087	304:385\$924	(-) 26:614\$837
1883	151:604\$112	123:769\$968	(+) 27:834\$144
1884	360:119\$494	304:502\$523	(+) 55:616\$971
1885	232:975\$525	312:975\$257	(-) 79:999\$ 732
1886	363:437\$000	335:609\$000	(+) 27:828\$000
1887	408:772\$146	403:943\$811	(+) 4:828\$335
1888	632:553\$592	642:584\$460	(-) 10:030\$968
1889	386:259\$313	459:492\$593	(-) 73:233\$280

Fonte: Tabelas 3 e 4

O gráfico 3, feito com base na tabela 5, está em contos de réis conforme os relatórios da Província e permite observar que, tanto a despesa quanto à receita oscilaram muito durante todo o período e, portanto, não apresentam uma tendência apenas de queda ou apenas de alta. No entanto, pode-se dizer que as duas variáveis oscilam proporcionalmente na grande maioria do tempo, ou seja, se a receita aumenta a despesa também aumenta e se a receita diminui a despesa também diminui. Isso ocorria porque era importante manter o equilíbrio das contas públicas e quando se acreditava que as expectativas referentes a uma das variáveis não seria alcançada ajustava-se a outra a fim de evitar maiores déficits..

Os déficits do período podem ser atribuídos, principalmente, aos investimentos que eram considerados indispensáveis para o desenvolvimento do Estado. A leitura dos relatórios nos permite verificar que havia empenho por parte da administração no sentido

de reduzir os custos para equilibrar as finanças, mas, algumas obras e serviços não podiam ser adiados.

Como não havia condições de se aumentar significativamente a arrecadação do Estado devido, principalmente, a falta de infra-estrutura, as situações de déficit seriam inevitáveis no curto prazo. A administração deveria atuar apenas no sentido de controlar o déficit, ou seja, verificar quais seriam os melhores momentos para se investir e proporcionar o desenvolvimento.

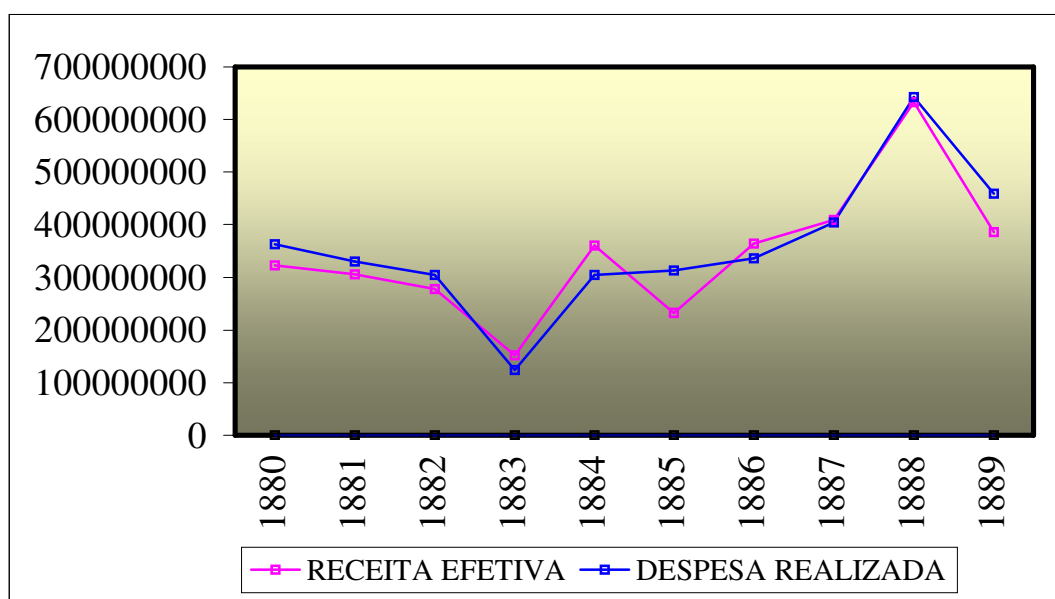


GRÁFICO 3: Receitas e despesas efetivas – 1880 a 1889.

Fonte: Tabela 5.

4.1.3. Sobre a dívida³

As informações disponíveis sobre este período não nos permite fazer uma análise concreta sobre a situação do Estado. Os relatórios ainda eram muito desorganizados

³ A dívida ativa do Estado esta incluída nos dados sobre a dívida, no entanto, trata-se de uma receita.

e não tinham ordem determinada ou informações que, obrigatoriamente, deveriam ser divulgadas. Os dados estão normalmente soltos entre o texto e não trazem consigo maiores informações

Os relatórios dos presidentes de província deste período muitas vezes nem ao menos citam dados referentes a empréstimos e financiamentos. Na maioria dos relatórios não são divulgados os números correspondentes a dívida do Estado, mas sim acontecimentos considerados importantes. O fato destas cifras não serem informadas de forma detalhada e em alguns casos até mesmo divulgadas é conseqüência, segundo os relatórios, da falta de tempo e da sobrecarga de funções dos responsáveis pela tesouraria provincial.

Nos anos de 1880 e 1881 optou-se por não recorrer a empréstimos, pois se acreditava que esta não seria uma boa solução para os problemas provinciais visto que seria inviável amortizar as parcelas correspondentes a estes empréstimos. No ano de 1883 a possibilidade de se contrair empréstimos que ajudariam na manutenção do equilíbrio financeiro da Província ainda era considerada inviável.

Em 1884 a Assembléia Legislativa autorizou um empréstimo de 30:000\$000 que deveria ser utilizado para construção da estrada entre Blumenau e Curitiba que se mostrava extremamente necessária para o desenvolvimento da Província.

O relatório referente ao ano de 1885 considera que a dívida total do Estado era, ao fim do exercício, de 162:281\$474. Já o relatório de 1886 tem dados mais claros, a dívida ativa do Estado era de 71:903\$213 sendo que deste valor eram considerados insolúveis a quantia de 9:927\$172; a dívida passiva era de 133:482\$555 sendo que 132:000\$00 eram em apólices.

Em 1888 nenhuma dívida foi contraída e as que já existiam começaram a ser pagas.

No ano de 1889 a dívida passiva do Estado chegou a 178:300\$000 e a dívida ativa era de 44:029\$319 sendo que deste valor eram considerados insolúveis 21:226\$870.

4.2. Período de 1890 a 1902

Após a Guerra do Paraguai o confronto entre a monarquia e os partidários do regime republicano se intensificou. Proclamada a República, convertidas as Províncias em Estados, teve início o processo de escolha do governador catarinense.

A análise das finanças durante este período foi bastante prejudicada, pois os dados referentes à despesa e a receita não foram publicados nos relatórios, mas sim em anexos que não foram encontrados e que também não estão disponíveis no site da Universidade de Chicago, na biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado e no Arquivo Público do Estado. Mesmo assim a avaliação deste período é considerada muito importante tanto no cenário estadual quanto no cenário nacional.

É importante ressaltar que os relatórios referentes aos anos deste período, na sua maioria, não enfatizam números, mas sim fatos e acontecimentos que marcaram, de forma positiva ou negativa, o Estado.

O período em análise demonstra qual era a situação de Santa Catarina logo após a proclamação da República e no decorrer de seus anos até chegar em 1898 quando Campos Salles assumiu a presidência da República onde permaneceu até 1902.

A tabela 6 mostra a evolução dos dados referentes a receita efetiva e a despesa realizada para os anos em que os mesmos foram disponibilizados.

TABELA 6. Receitas e despesas efetivas – 1895 a 1902*

ANO	RECEITA EFETIVA	DESPESA REALIZADA	SALDO
1895	700:510\$074	876:142\$465	(-) 175:632\$391
1896	940:550\$806	1.444:240\$000	(-) 503:689\$194
1897	1.411:104\$765	1.849:859\$171	(-) 438:754\$406
1899	1.926:094\$601	2.143:589\$446	(-) 217:494\$845
1900	1.433:262\$274	1.617:601\$642	(-) 184:339\$368
1901	1.212:005\$010	1.581:855\$403	(-) 369:850\$393
1902	1.288:853\$190	1.530:901\$045	(-) 242:047\$855

Fonte: Relatórios da tesouraria da Estado

* O ano de 1898 foi ignorado porque os dados não foram encontrados

4.2.1. Sobre a receita

Os primeiros governos republicanos enfrentaram uma forte crise que atingiu todo o Brasil. Com o objetivo de estimular o crescimento econômico o então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, permitiu que alguns bancos emitissem títulos de crédito não cobertos por depósitos em dinheiro; assim os bancos passaram a conceder empréstimos para todos que desejassem abrir um comércio ou uma indústria. Com o aumento do volume de crédito o governo teve que fazer emissões de moeda e isso teve impacto direto sobre a inflação. Esta crise ficou conhecida como “encilhamento” e ela certamente comprometeu a arrecadação dos Estados (Guanabara, 1983).

Entre 1890 e 1894 não são fornecidos dados concretos referentes à receita do Estado nos relatórios publicados pela tesouraria.

Durante os primeiros anos posteriores a Proclamação da República a preocupação maior era enaltecer a República recém fundada. Mas, segundo o vice-governador e coronel Gustavo Richard no período decorrido de 15 de novembro de 1889 até o fim do exercício de 1891 a situação financeira de Santa Catarina não era ruim. A receita havia aumentado em relação aos anos anteriores e isso era fruto, principalmente, da venda de terras. No

entanto, como a Assembléia Legislativa também não havia se reunido nestes dois anos o orçamento utilizado estava sendo o mesmo usado para o ano de 1888 e, portanto, os números não eram totalmente reais, o que impossibilitava que o aumento da receita fosse comemorado.

Segundo o relatório de 1891 (p.19) o governo do Estado julgou conveniente não revelar as contas deste exercício. A única informação disponível é que havia um saldo do tesouro em caixa no valor de 93:219\$091.

Em 1892 o estado financeiro de Santa Catarina foi considerado próspero pela tesouraria, mas o anexo que contém as informações referentes à situação financeira do Estado não foi encontrado. As rendas públicas estavam apresentando crescimento neste ano e começavam a animar, principalmente, as grandes empresas. Mas, a renda poderia ser ainda mais elevada se houvesse maior organização e uma fiscalização mais segura.

Em 1893 a situação financeira do Estado foi novamente classificada como próspera pelo relatório anual. Mas, os fatos ocorridos neste ano mostram que a situação não era tão boa assim. Neste ano teve início um processo revolucionário, a Revolução Federalista, que foi sediada pela região sul do país e que se prolongou até 1894; o objetivo era depor o governo. Houveram conflitos armados e em 30 de julho de 1893 houve um tiroteio sobre o Palácio da Presidência. Os atacantes estavam escondidos em pontos diversos e fizeram incessantes descargas. A tesouraria do Estado e o edifício da Câmara Municipal foram tomados.

No entanto, mesmo diante de tais problemas, o principal esforço da administração, neste ano, se voltou para o serviço de viação pública, visto como uma das principais fontes de recursos para o Estado. Várias obras que estavam em andamento foram concluídas e outras se encontravam em estado de conclusão.

Em 1894 nenhuma mensagem foi publicada, provavelmente isso foi uma consequência do processo iniciado em 1893 e que se prolongou até o ano de 1894.

No ano de 1895 o Estado ainda sofria as consequências do golpe. Apenas alguns dados foram divulgados, o tesouro estava encontrando muitas dificuldades para conseguir a arrecadação previamente orçada (que não foi divulgada). O objetivo da administração era superar o abalo pelo qual o Estado havia passado e criar um clima de confiança, juntamente com a regularização das finanças.

Em 1896, segundo o balancete do tesouro, a arrecadação do Estado teve um desempenho muito ruim já que a receita orçada para este período era de 1.440:240\$000, o que significa que faltou arrecadar 999:689\$194 para que a receita orçada fosse alcançada. Para tentar melhorar a situação financeira do Estado cogitou-se a possibilidade de aumentar os impostos sobre as exportações e os impostos sobre bebidas alcoólicas, no entanto esse aumento não se concretizou. Mas, mesmo diante de tais dificuldades ao fim do exercício considerava-se que a ordem havia sido mantida.

A receita orçada para o exercício de 1897 era de 1.494:540\$000, o que demonstra que a meta de arrecadação não foi alcançada. A não realização de 83:435\$235 da receita foi atribuída a suspensão das extrações da Loteria Federal que deveriam render ao Estado aproximadamente 185:225\$000.

O relatório referente ao ano de 1898 não foi encontrado, mas é importante destacar que é neste ano que a situação do Brasil e dos Estados brasileiros começa a mudar. No que se refere ao país como um todo se pode dizer que o governo de Campos Sales (15/11/1898 - 15/11/1902) caracterizou-se pela instituição da Política dos Governadores, mediante a qual asseguravam-se cargos políticos às oligarquias regionais em troca de apoio ao Executivo federal, e por uma política financeira austera, de redução das despesas públicas, de criação

de novos impostos e de negociação com os credores internacionais. Campos Sales ficou conhecido como o presidente que “botou ordem na casa” e que foi capaz de renegociar a dívida externa brasileira e estes fatos beneficiaram todos os estados (Guanabara, 1983).

Segundo Guanabara (1983), em seu governo Campos Sales se dedicou a resolver os problemas econômicos que afetavam um país falido após tantas revoltas internas, criou a Política dos Governadores que estabelecia um acordo entre o governo federal, os governos estaduais e os coronéis. No entanto, ao fim de seu mandato, Campos Sales era extremamente impopular, pois apesar de recuperar as finanças do país, empobrecera ainda mais as camadas populares.

Em 1899 a situação financeira do Estado não era muito animadora e o fator determinante desta situação era, segundo o governador Felipe Schmidt, a má distribuição do governo anterior. A receita orçada para este exercício era de 1.478:640\$000, este valor foi superado em 447:454\$601, mas este dado não poderia ser comemorado já que neste ano foram várias as obras extraordinárias que tiveram que ser feitas, o que conseqüentemente fez com que a despesa se elevasse muito mais do que aquilo que se esperava.

Para o ano de 1900 a receita orçada pelo Estado era de 1.933:300\$000. O movimento financeiro do balanço feito pela Secretária da Fazenda mostra que a composição da receita arrecadada neste exercício foi a seguinte: 1.374:683\$244 referente a rendas orçamentárias e 58:579\$030 referente a importâncias diversas.

Em 1901 a receita arrecadada foi 455:094\$990 a menos do que a receita orçada que era de 1.667:100\$000. O relatório da tesouraria atribuiu a queda na quantidade arrecadada à baixa dos preços e a queda do consumo. Contudo, a queda da receita arrecadada não provocou o cancelamento dos serviços prestados pelo Estado. A lavoura produziu mais, as indústrias progrediram e a viação aumentou.

No ano de 1902 a receita orçada era de 1.460:000\$000. Segundo a tesouraria o que mais contribuiu para o não alcance da receita orçada neste ano foram: a dívida colonial, as taxas arrecadadas em favor dos estabelecimentos comerciais e o imposto sobre a saída de animais.

No que diz respeito aos dados citados acima podemos dizer que este período foi bastante conturbado e que as informações não são totalmente confiáveis já que os valores, na sua grande maioria, não foram disponibilizados. Somente a partir de 1895 é que os dados referentes à despesa e a receita voltam a ser publicados nos relatórios e as coisas começam a ficar, gradativamente, mais organizadas e claras. É importante ressaltar também que as realizações alcançadas pelo presidente da República Campos Salles afetaram de forma positiva os Estados brasileiros, inclusive Santa Catarina, e impulsionaram o desenvolvimento e a retomada da confiança, tanto por parte da população, quanto por parte dos investidores.

4.2.2. Sobre a despesa

Podemos dizer que os dados referentes à despesa, assim como já havíamos constatado na receita, são na sua maioria muito vagos e incompletos.

Inicialmente (1890 e 1891), os relatórios consideravam essencial que fossem feitos investimentos em estradas e escolas. A instrução pública era tida como um grande problema, os regulamentos eram confusos e deficientes, haviam sido feitos por conveniência política do antigo regime que permitiu que fossem criadas várias escolas sem que houvesse pessoal suficientemente preparado para nelas atuar.

As condições das estradas também eram péssimas e em alguns casos ofereciam até mesmo perigo de morte. Segundo Gustavo Richard: “Enquanto não estiverem os municípios dotados de boas e numerosas vias de comunicação muitos sofrerão. O comércio e a lavoura do Estado só podem se desenvolver a partir do momento em que existem excelentes estradas que propiciem um rápido contato entre o produtor e o consumidor” (1891, p.14). O gasto com a construção e a melhoria das estradas iria propiciar a cobrança de taxas sobre o movimento comercial.

Segundo o relatório a despesa ultrapassou a orçada devido ao gasto com escolas, devido ao aumento do número de pessoas atuando na força policial e ao aumento considerável do número de obras públicas.

Os relatórios referentes aos anos de 1892 e 1893 apenas dizem que as contas do Estado estavam controladas, mas não entram em detalhes sobre a despesa. Em 1894 nenhuma mensagem foi publicada.

Em 1895 o relatório considera que houve uma redução das despesas devido a uma considerável dispensa de parte do funcionalismo público, mas, mesmo assim a despesa realizada ultrapassou a receita efetiva.

No ano de 1896 a situação do Estado catarinense era preocupante. A União se viu impossibilitada de cumprir as promessas que havia feito e foi necessário fazer alguns empréstimos para que fosse possível cumprir obrigações como é o caso, por exemplo, do pagamento de despesas deixadas por exercícios anteriores e da construção de estradas.

Em 1897 a estrada de Lages foi finalmente concluída e passou a impulsionar a passagem de transportes de carga pela região. No entanto, a quantia de 360:000\$000 orçada para a construção da estrada de rodagem da estação de Minas, da ferrovia Theresa Christina a São Joaquim mostrou-se insuficiente para a conclusão da obra.

O governo do Estado buscava uma homogeneidade entre as diversas instituições, leis e serviços. A reorganização dos serviços mostrava-se indispensável para que assim fosse possível evitar os excessos e possíveis prejuízos.

O relatório de 1898 não foi encontrado, mas como já citamos anteriormente é neste ano que Campos Salles assume a presidência da República e tem início o processo de reorganização das finanças.

A partir de 1899 o produto do imposto sobre a erva mate passou a ser destinado a conservação das estradas. Esta decisão foi tomada porque a indústria e a lavoura estavam sendo muito prejudicadas pela falta de comunicação. Diversos municípios encontravam-se impossibilitados de comunicar-se com a capital devida à falta de estradas. Começava a ser feita uma distinção mais clara entre os impostos cobrados pelo Estado e os impostos cobrados pelos municípios, pois isso estava causando muita confusão.

Neste ano foram realizadas muitas obras extraordinárias e isso fez com que a despesa do período se elevasse mais do que o esperado. O governador do Estado, Felipe Schmidt acreditava que esta situação de déficit poderia ser superada com as leis orçamentárias que reduziram as despesas ordinárias do Estado ao mínimo e expandiriam as fontes de renda. Assim, o Estado poderia se recuperar financeiramente no curto prazo e superar essa dificuldade para poder enfrentar o problema chave do Estado: a viação.

No ano de 1900 a saúde pública precisou de atenção especial devido aos vários casos de sarampo e peste bubônica que estavam aparecendo.

Os gastos relativos a este ano foram distribuídos da seguinte forma: 1.385:066\$228 foram gastos com pagamentos, 48:196\$049 com movimento de fundos e 184:339\$368 que representa o déficit de exercícios anteriores.

Em 1902 o exercício encerrou com um déficit de 242:047\$855 que poderia ter sido ainda maior se a administração não tivesse paralisado diversas obras que estavam em andamento.

O déficit prevaleceu durante todos os anos deste período em que os dados foram encontrados. A arrecadação foi muito comprometida devido a crise do encilhamento, e este é certamente um dos mais importantes fatores do mau desempenho da arrecadação do Estado.

Ao mesmo tempo em que estávamos tendo dificuldades para atingir o nível de arrecadação necessário para cumprir nossas obrigações as despesas continuavam aumentando. Em muitos casos era impossível atingir o equilíbrio das contas públicas e isso fez com que o déficit estivesse presente ao fim de todos os exercícios.

É possível perceber também o esforço da administração no sentido de conter os gastos e reduzir o déficit. No entanto, novamente várias obras eram indispensáveis para o desenvolvimento do Estado e a tesouraria precisava encontrar um equilíbrio entre as obras que poderiam e as obras que não poderiam esperar.

O gráfico 4, feito com base na tabela 6, ilustra a evolução das receitas e despesas efetivas para os anos em que estes dados foram disponibilizados.

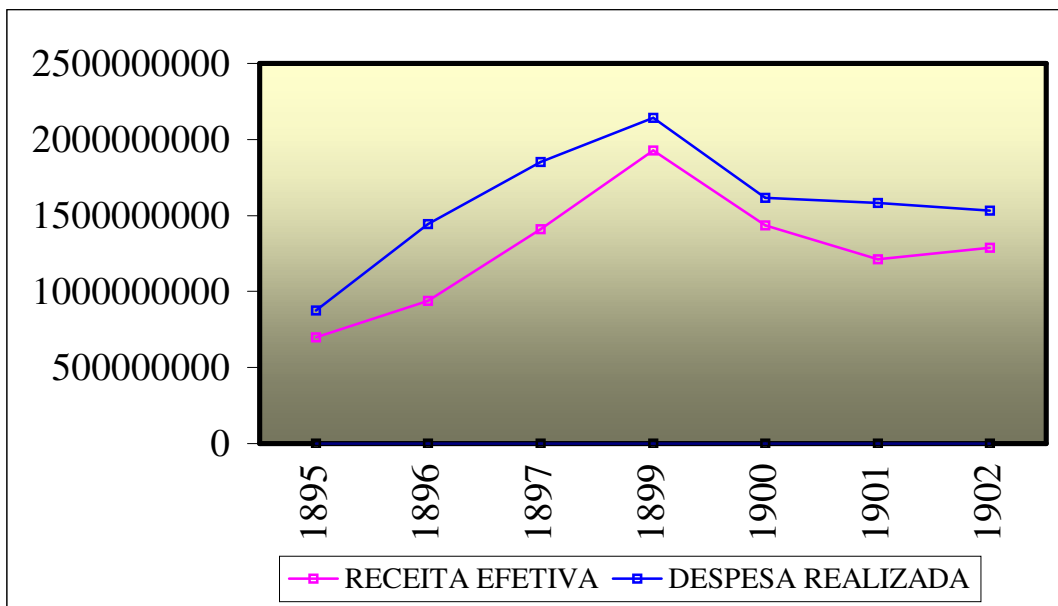


GRÁFICO 4: Receitas e despesas efetivas – 1895 a 1902.
 Fonte:Tabela 6

4.2.3. Sobre a dívida

A mesma dificuldade encontrada para análise da receita e da despesa neste período também se verificou no que diz respeito à dívida e aos empréstimos e financiamentos feitos pelo Estado.

Segundo o vice-governador e coronel Gustavo Richard no período decorrido de 15 de novembro de 1889, até 1891 a dívida não aumentou, foram utilizadas apenas pequenas quantias consideradas indispensáveis para satisfação de compromissos contraídos no regime anterior, mas isto de modo algum afetou nossas condições financeiras, algumas propostas para obtenção de empréstimos chegaram até mesmo a serem recusadas. Em 1895 a dívida do Estado chegou a 159:263\$951. Não encontramos nos relatórios anteriores a este a evolução da dívida, mas o relatório de 1895 considerava que houve um aumento

considerável desta quantia. O aumento da dívida neste ano foi atribuído principalmente a questão das estradas que eram consideradas de suma importância para o desenvolvimento do Estado.

Em 1897 a dívida passiva do Estado chegou a 57:208\$972, sendo 1:278\$526 restante dos exercícios de 1892 a 1895; 19:965\$355 de quantias que ficaram por pagar em 1896 e 25:966\$091 de 1895.

Em 1899 a dívida passiva do Estado era, ao final do exercício, de 344:149\$015 e em 1900 este valor subiu para 528:488\$383. Em 1902 a dívida passiva do Estado totalizava 680:775\$747.

Novamente os dados disponíveis são muito vagos e não permitem uma análise da variação da dívida do Estado. Os dados estão novamente soltos no texto e não seguem nenhuma ordem. Os relatórios dão ênfase a acontecimentos isolados e não aos números reais.

4.3. Período de 1903 a 1929

O terceiro e último período de análise deste trabalho trata das finanças de Santa Catarina entre 1903 e 1929. Procuraremos abordar os principais acontecimentos e as mudanças ocorridas no Estado dando ênfase aos fatos mais marcantes, como é o caso, por exemplo, da Primeira Guerra Mundial.

Os relatórios referentes a este último período já mostram uma estrutura mais clara, são mais organizados e contém informações mais precisas, o que facilita o trabalho e possibilita uma melhor análise.

4.3.1. Sobre a receita

A tabela 7 mostra a receita orçada e realizada de Santa Catarina entre 1903 e 1929 em contos de réis.

TABELA 7. Receita catarinense orçada e efetiva – 1903 a 1929

ANO	RECEITA ORÇADA	RECEITA EFETIVA
1903	1.243:895\$000	1.453:576\$104
1904	1.224:800\$000	1.515:385\$184
1905	1.304:700\$000	1.284:527\$744
1906	1.292:700\$000	1.492:540\$006
1907	1.447:600\$000	1.970:379\$774
1908	1.494:500\$000	1.995:220\$743
1909	1.612:620\$000	1.820:978\$770
1910	1.712:460\$000	1.903:345\$809
1911	2.160:747\$520	2.420:506\$046
1912	2.207:140\$931	2.593:769\$045
1913	2.356:370\$000	2.805:147\$573
1914	2.494:170\$000	2.345:571\$491
1915	2.577:600\$000	3.329:275\$699
1916	2.777:163\$200	3.660:400\$822
1917	3.046:000\$000	5.036:746\$709
1918	3.816:500\$000	5.816:838\$160
1919	4.130:000\$000	7.888:946\$648
1920	5.354:017\$000	8.957:870\$953
1921	7.157:558\$000	9.222:826\$663
1922	9.450:445\$000	12.149:353\$939
1923	9.793:803\$000	12.771:276\$319
1924	11.144:972\$800	15.836:792\$377
1925	12.214:864\$500	13.929:910\$644
1926	12.317:852\$500	14.059:361\$639
1927	15.200:000\$000	16.648:999\$903
1928	17.000:000\$000	17.899:349\$478
1929	17.000:000\$000	19.274:996\$298

Fonte: Relatórios da Tesouraria do Estado

Em 1903 tem início um processo de apuração de possíveis desvios de verbas da União que tinha como objetivo ‘colocar em ordem’ as finanças catarinenses.

A receita arrecadada excedeu a orçada em 209:681\$104. Entre os fatores que mais contribuíram para o aumento da receita estão: a venda de terras, os direitos de exportação e a cobrança de multas e taxas. No entanto, os únicos itens em que a receita efetiva não atingiu a receita orçada neste ano foram: o imposto sobre animais, 5% sobre subsídios e vencimentos, renda do Teatro Álvaro de Carvalho e emolumento sobre títulos de terras.

No ano de 1904 a desvalorização do preço do café fez com que Estados que até então só se preocupavam com o cultivo deste produto passassem a se dedicar à policultura. Portanto, estes Estados passaram de consumidores dos nossos produtos a concorrentes em potencial. A farinha de mandioca, por exemplo, estava crescentemente perdendo seu mercado devido, principalmente, a sua qualidade inferior, mesmo assim a receita efetiva foi superior a orçada em 290:585\$184. Esse aumento foi fruto dos valores obtidos com direitos de exportação, imposto de patente por venda de bebidas e o imposto sobre indústrias e venda de terras. Cabe ressaltar que apenas o imposto sobre animais, o imposto sobre embarcações e a cobrança da dívida ativa obtiveram valores que foram inferiores a previsão orçada.

No ano de 1905 a receita arrecadada voltou a ser menor do que a receita orçada. O mau desempenho da receita deste ano foi atribuído à queda acentuada das exportações. Em 1905 o valor oficial das exportações foi de 5.449:880\$884, em 1904 este valor foi de 7.232:764\$403 e em 1903 de 6.360:875\$779. Portanto, o valor oficial das exportações de 1905 foi menor em 910:994\$915 em comparação com 1903 e em 1.728:883\$519 do que em 1904.

Em 1906 a situação econômica e financeira do Estado era considerada modesta, mas permitia que fossem feitos investimentos na viação, em obras públicas e em outros serviços

que proporcionariam o desenvolvimento do Estado. A receita arrecadada superou a orçada em 199:840\$006.

Para o ano de 1907 a receita orçada era de 1.447:600\$000. No entanto, a receita efetiva foi de 2.176:519\$027, mas deste valor era necessário deduzir a quantia de 206:139\$253 referente a taxas que deviam ser destinadas aos fiscais como auxílio concedido pela União. Portanto, a receita arrecadada neste exercício foi de 1.970:379\$774 o que representa uma diferença a favor do Estado de 522:779\$774.

O aumento da receita foi atribuído, em parte as medidas adotadas pelo atual regulamento do Tesouro e permite prever que ela continuará aumentando gradativamente devido, sobretudo, ao zelo a boa fiscalização dos empregados, interessados em promover o aumento da arrecadação (Relatório de 1907, p.44).

Em 1908 o maior objetivo de nossos governantes era manter um equilíbrio entre a receita e a despesa e acreditava-se que isso seria alcançado através de uma administração criteriosa e uma fiscalização rígida. Nesta época eram ainda os dados referentes às exportações que determinavam a nossa situação financeira, e diversos fatores estavam contribuindo para impedir o desenvolvimento catarinense, pois nossos produtos estavam sofrendo forte concorrência com os produtos fabricados na República; os consumidores tornaram-se produtores. Contudo, curiosamente, os dados estatísticos mostravam que a nossa produção estava ainda assim aumentando e a tesouraria do Estado não conseguiu explicar este fato. A receita efetiva superou a orçada em 500:720\$743.

As exportações do Estado atingiram 10.354:328\$334 e o principal produto exportado neste ano foi à erva –mate, seguido pela manteiga, pela banha, pelo açúcar mascavo e pela farinha de mandioca.

No ano de 1909 o Estado estava passando por uma crise financeira que teve início em fins de 1908. Esta crise foi considerada muito séria porque houve a depreciação de quase todos os nossos produtos, principalmente a manteiga, o fumo, a madeira e os cereais em geral. Além de uma baixa contínua nos preços também continuava muito difícil ganhar novos mercados consumidores devido a produção destes mesmos produtos, ou de similares, em outros Estados.

Um fato muito marcante deste ano e que agravou ainda mais a crise foi o boicote estabelecido pelo Paraná sobre os produtos catarinenses impedindo a entrada de produtos como o açúcar naquele Estado. Esta barreira paralisou as transações entre os dois Estados.

A receita efetiva superou a orçada em 208:358\$770. Esta superação foi possível graças à arrecadação com o imposto de patente por venda de bebidas, a taxa judiciária e ao imposto de transmissão de propriedade, que superaram seus valores orçados.

No que diz respeito às exportações deste ano apenas a erva mate, o couro e a banha tiveram aumento na quantidade exportada. Todos os outros produtos tiveram uma notável diminuição tanto no valor quanto da quantidade exportada.

Em 1910 a situação financeira do Estado continuava a ser preocupante. Os impostos não poderiam ser aumentados porque não se podia exigir mais do que aquilo que o contribuinte tinha condições de pagar. Portanto, tornava-se indispensável encontrar meios, que não este, de aumentar a receita do Estado. A quantidade arrecadada nos últimos anos, embora tenha superado muitas vezes as expectativas, tem se mostrado insuficiente para cobrir as despesas e isso começou a exigir constantes aberturas de créditos suplementares.

A receita efetiva foi superior em 190:885\$809 com relação à receita orçada e isso foi fruto, mais uma vez, de quantias arrecadadas com a patente de bebidas, impostos sobre indústrias e profissões, taxas judiciárias, títulos de terras e multas diversas.

No ano de 1911 várias obras que melhorariam a infra-estrutura do Estado estavam sendo realizadas. Segundo o governador e coronel Vidal José de Oliveira Ramos:

“... A causa principal do entorpecimento das forças econômicas do nosso Estado reside na falta de capital, de transporte fácil e barato e de trabalho inteligentemente dirigido. Que não temos capital para exploração de riquezas naturais é uma verdade e todos sabem. É indispensável atrairmos esse poderoso propulsor do progresso. É necessário prosseguir com firmeza neste caminho”.(1911, p.148).

Nossos produtos eram considerados inferiores porque nossos processos de produção eram considerados primitivos. A agricultura estava estagnada devido, em parte, ao esgotamento das terras e, em parte, a má qualidade dos produtos que conseqüentemente não tinham condições de resistir a concorrência de seus substitutos e similares.

No entanto, a situação financeira do Estado era ainda considerada como perfeitamente normal. Os compromissos da administração estavam sendo cumpridos com rigorosa pontualidade embora a receita arrecadada ainda fosse muito inferior à desejada. A receita arrecadada foi superior a orçada em 259:758\$526.

A situação econômica no Estado não se modificou muito em 1912, afinal, não se pode esperar uma grande expansão antes que sejam realizadas obras como, por exemplo, a construção de uma estrada de ferro que constituiria o plano de viação catarinense. Esse foi considerado o principal fator de o nosso desenvolvimento ser lento e tardio. O relatório deste ano mostra que era visível o esforço do governo para manter a normalidade financeira no Estado, mas a receita arrecadada ainda se mostrava insuficiente para a realização de todas as obras que eram necessárias. A aposta da administração era mesmo no desenvolvimento da viação que conseqüentemente provocaria um aumento das rendas públicas.

Em 1913 a situação financeira do Estado passou a exigir um pouco mais de cuidado. O país estava passando por uma crise geral e por este motivo as obras e serviços que podiam esperar foram paralisadas. A receita arrecadada superou a receita orçada em 448:777\$573.

No ano de 1914 a crise financeira e econômica que assolava o Estado estava entrando no seu segundo ano e isso aliado ao acontecimento da Primeira Guerra Mundial⁴ trouxe rapidamente conseqüências para o comércio, a lavoura e a indústria catarinense. O ano de 1914 foi marcado pela desconfiança, pela falta de crédito e pela baixa no preço de todos os artigos de exportação. Isso provocou o desânimo de muitos e a ruína de vários outros. Contudo, no decorrer deste ano alguns sinais de melhora começaram a aparecer. A dificuldade de importação e o aumento do preço de certos gêneros estrangeiros, a procura dos países europeus por produtos que até então eles não importavam e a compra da farinha de mandioca pelas praças do norte do Brasil que estavam atravessando uma forte seca determinou o aumento no preço dos principais gêneros de exportação catarinense. Com isso as atividades industriais, o comércio e a agricultura ganharam um pouco de força e começaram a se reanimar. Mas, segundo Baer (2002, p.50):

“... não se pode dizer que a Primeira Guerra foi um catalisador do desenvolvimento industrial, especialmente porque a interrupção da navegação dificultou a importação de bens de capital necessários para o aumento da capacidade produtiva em todo o Brasil.”

A renda orçada para este ano que era de 2.649:263\$015 não foi alcançada e os fatores que mais contribuíram para isso foram, sem sombra de dúvidas, o advento da Primeira Guerra e o clima de incerteza e insegurança que assolava toda a humanidade.

⁴ A Primeira Guerra Mundial ocorreu entre 1914 e 1918 e envolveu, principalmente, países europeus.

O ano de 1915 foi extremamente positivo para Santa Catarina. A receita orçada para o exercício era de 2.577:600\$000 o que representa um aumento da receita efetiva com relação à receita orçada de 751:675\$699. Quase todas as fontes de receita superaram a expectativa orçamentária. Mas o aumento da arrecadação também foi atribuído a uma rigorosa fiscalização das rendas. É importante destacar também que nenhum novo imposto foi criado, ocorreu apenas a elevação para 2% da cobrança de taxa sobre heranças.

A renda do Estado em 1916 ultrapassou a orçada em 883:237\$622. Os fatores que mais contribuíram para este aumento da receita foram: as exportações, os impostos sobre capitais, a cobrança da dívida ativa e a cobrança de taxas e impostos.

Apesar do aumento do valor de nossos produtos não se pode dizer que os anos de 1917 e 1918 foram bons para os agricultores catarinenses porque nestes anos ocorreram grandes secas. No entanto, em 1917 as finanças do Estado estavam em boas condições. O orçamento da receita feito pela União estipulava o seu valor em 3.046:000\$000 o que nos permite verificar que houve excedente de 1.990:746\$709 sobre a renda orçada. O aumento da receita foi fruto, principalmente, das quantias obtidas com o imposto de exportação, a contribuição especial de 2%, a dívida colonial, a venda de terras e ao imposto sobre transmissão de propriedade.

Como já era de se esperar em 1918 o Estado catarinense, assim como todos os outros Estados brasileiros, ainda sofriam as conseqüências da realização da Primeira Guerra Mundial. O mundo estava atravessando uma crise econômica, política e social. Havia também uma agitação operária em todo o país e em Santa Catarina, medidas de proteção foram adotadas. A polícia do Estado, mesmo sem dispor de recursos financeiros suficientes, estava empenhada em manter a ordem.

O comércio exportador de Santa Catarina estava em franco desenvolvimento, saindo vitorioso na luta por mercados consumidores tanto no Brasil quanto no exterior. A previsão orçamentária da receita foi superada em 2.000:338\$160

A previsão orçamentária de 1919 fixou a receita em 4.130:000\$000, mas a quantia arrecadada superou este valor em 3.758:946\$648 e isso nem foi considerado uma surpresa porque desde 1914 a receita estava aumentando de modo bastante animador.

O extraordinário aumento da receita do ano de 1919 foi uma consequência dos valores obtidos com o imposto sobre exportações, imposto de transmissão de propriedade, imposto de indústria e profissões e do imposto territorial.

Em 1920 a arrecadação excedeu novamente a previsão orçamentária em 3.603:853\$953, mas mesmo assim a tesouraria considerava prudente que continuássemos a ter cautela, pois as crises estavam sempre rondando, não só a economia catarinense como também a economia mundial.

No ano de 1921 mais uma vez as rendas arrecadadas foram superiores a previsão orçamentária em 2.065:268\$663.

Os dados referentes à receita do ano de 1922 não puderam ser analisados porque se encontravam em uma parte do relatório que estava muito deteriorada o que não permitia a leitura do documento.

Em 1923 a receita arrecadada superou a orçada em 2.977:473\$319, o ano foi considerado bom para a economia do Estado. O valor exportado subiu e chegou a 57.762:372\$244.

No ano de 1924 a receita efetiva, mais uma vez, superou a orçada em 4.691:819\$577. Os títulos da receita que apresentaram maior saldo foram: a dívida colonial, a venda de terras, o imposto sobre exportações, imposto de transmissão de propriedade e

imposto de indústrias e profissões. A tesouraria do Estado enfatizava a necessidade de que fossem feitos orçamentos precisos, sem extremos otimistas para a receita e sem escassez para a despesa e levando-se em conta a desvalorização da moeda nacional e todas as suas conseqüências.

O Estado estava, segundo o relatório, fazendo o máximo esforço para reduzir os gastos e reforçar a receita para assim conseguir o equilíbrio das finanças. O valor exportado chegou a 77.316:768\$835.

Em 1925 a receita orçada foi superada pela receita arrecadada em 1.715:046\$144. O valor oficial dos produtos exportados neste ano atingiu o valor de 87.426:630\$556.

No ano de 1926 a receita efetiva novamente ultrapassou a receita previamente orçada em 1.741:509\$139. O aumento da quantidade arrecadada foi atribuído a prudência com que estavam sendo elaborados os orçamentos.

A receita de 1927 superou o orçamento deste ano em 1.448:998\$903. A fonte de receita que mais decresceu em 1927 foi a venda de terras e este fato foi considerado natural devido a escassez de terras que ainda estavam disponíveis.

Santa Catarina encontrava-se na nona posição entre os 20 Estados da Federação com maior arrecadação per capita. As exportações atingiram o valor de 76.617:129\$496 sendo 63.919:672\$034 para a República e 12.697:457\$462 para o exterior. O valor exportado deste ano excedeu o valor de 1926, mas não superou o valor obtido em 1925 que se explicou pelo alto preço que obtiveram os gêneros naquele ano.

Em 1928 a arrecadação efetiva superou a orçada em 899:349\$478. A receita efetiva foi superior a previsão, principalmente, nos seguintes itens: imposto sobre exportações, indenizações, restituições, taxas de heranças e cobrança da dívida ativa. A arrecadação ficou abaixo do orçamento nos seguintes itens: cobrança da dívida colonial e venda de

terras, impostos de transmissão de propriedades e imposto sobre movimento comercial e industrial.

A receita orçada para o exercício de 1929 foi superada em 2.274:996\$298. Esse fato demonstra que a situação financeira do Estado vem consolidando-se cada vez mais sob a orientação firme do governo que estava sendo seguida. O aumento da arrecadação do exercício de 1929 foi alcançado sem que fosse necessário aumentar os impostos ou criado novos tributos o que demonstra um apreciável esforço por parte do fisco e ao mesmo tempo revela o progresso do nosso Estado.

O valor oficial exportado alcançou em 1929 o total de 83.071:417\$000 que representa a diminuição de 2.974:967\$000 sobre o valor de 1928.

A arrecadação do Estado foi aumentando de forma considerável durante o período em questão. A receita efetiva superou, na maioria das vezes, a receita orçada pela tesouraria do Estado e isso foi fruto da rigorosa fiscalização existente e do empenho de todos no sentido de superar as metas pré-estabelecidas.

Para facilitar a visualização dos dados expostos acima estaremos apresentando o gráfico 5 que mostra a variação entre a receita orçada e a receita efetiva entre os anos de 1903 e 1929.

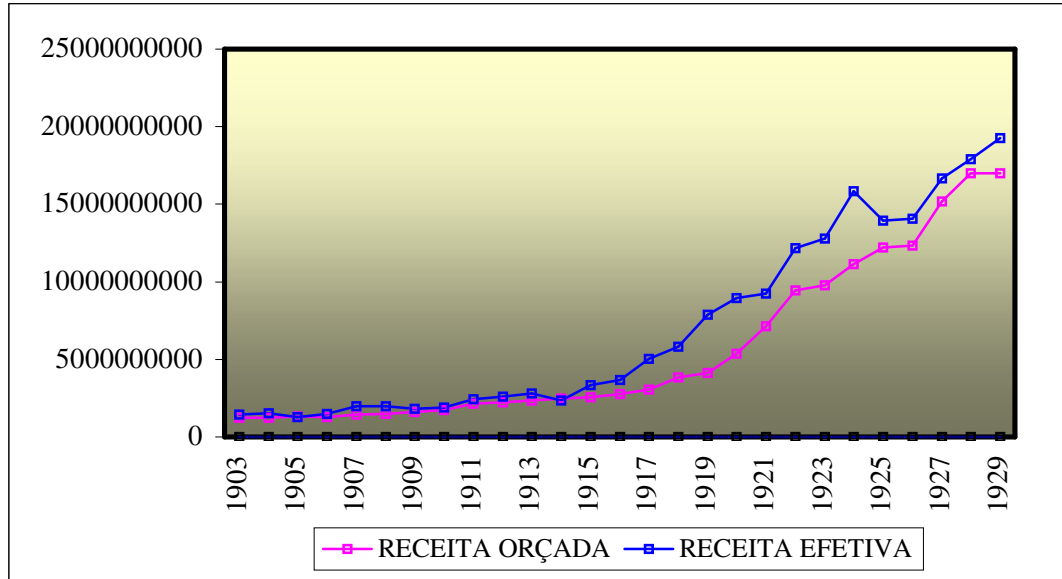


GRÁFICO 5: Receita orçada e receita efetiva – 1903 a 1929.
 Fonte: Tabela 7.

4.3.2. Sobre a despesa

Inicialmente iremos apresentar a tabela 8 que contém tanto a despesa autorizada quanto a despesa realizada em contos de réis entre os anos de 1903 e 1929.

TABELA 8. Despesa autorizada e despesa realizada catarinense – 1903 a 1929

ANO	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA
1903	1.243:895\$000	1.366:206\$563
1904	1.258:500\$000	1.482:128\$607
1905	1.383:131\$710	1.487:708\$419
1906	1.418:073\$000	1.478:148\$694
1907	1.672:157\$630	1.970:379\$774
1908	1.668:686:561	2.099:628\$038
1909	1.741:163\$976	2.063:452\$810
1910	2.143:585\$934	2.082:878\$287
1911	2.480:584\$738	2.330:371\$092
1912	2.520:200\$000	2.498:333\$728
1913	2.590:354\$560	2.937:532\$971
1914	2.649:263\$015	2.781:566\$262
1915	2.649:763\$015	3.263:641\$032
1916	2.777:163\$200	3.801:732\$743
1917	4.383:665\$510	4.565:925\$539
1918	5.558:148\$405	5.493:159\$257
1919	8.976:368\$394	7.933:637\$045
1920	11.205:547\$457	10.255:515\$702
1921	11.880:208\$895	9.558:989\$239
1922	13.719:952\$863	11.344:441\$449
1923	16.788:699\$745	17.525:532\$997
1924	18.062:155\$936	17.164:687\$691
1925	16.834:694\$544	13.176:824\$627
1926	12.317:852\$000	14.120:133\$029
1927	15.200:000\$000	16.604:270\$360
1928	17.000:000\$000	17.849:243\$865
1929	17.000:000\$000	17.799:037\$000

Fonte: Relatórios da Tesouraria do Estado

A despesa efetiva de 1903 foi, segundo o relatório, superior à despesa autorizada pelo orçamento devido à realização de serviços extraordinários executados pelo governo mediante autorização legislativa. O superávit de 87:369\$541 do exercício foi atribuído a rigorosa política de fiscalização estabelecida pelo governo.

O aumento da despesa realizada no exercício de 1904, ultrapassou em 223:628\$607 a despesa autorizada. O aumento da despesa foi atribuído aos gastos com obras públicas, ao pagamento de dívidas e pelo aumento das despesas públicas.

Em 1905, novamente, a despesa realizada superou a orçada em 104:576\$709 e este aumento foi outra vez atribuído aos gastos com obras públicas. Este mesmo fato se repetiu em 1906 quando a despesa realizada ultrapassou a despesa autorizada em 60:075\$694.

No ano de 1907 a despesa realizada ficou abaixo da despesa orçada em 298:222\$144 e isto foi atribuído a austeridade com que estavam sendo controladas as contas públicas.

Em 1908 a despesa realizada voltou a ultrapassar a despesa orçada em 430:941\$477. O aumento da despesa foi atribuído aos gastos com instrução pública e obras públicas.

A diferença para mais na despesa realizada sobre a orçada de 1909 em 322:288\$834 foi explicada pelo pagamento de juros, amortizações de apólices e pelo gasto, maior do que o previsto, com obras públicas.

No ano seguinte o governo procurou manter um controle maior sobre os gastos a fim de equilibrar as contas públicas, como resultado a despesa realizada foi inferior a despesa autorizada em 60:707\$647. Em 1911 a despesa realizada foi novamente inferior a despesa autorizada, a diferença foi de 150:213\$646. Este fato voltou a ocorrer em 1912 quando a despesa realizada foi inferior a despesa autorizada em 21:866\$272.

Em 1913 a despesa realizada voltou a superar a despesa orçada em 347:178\$411. Isto ocorreu devido a necessidade de se executar obras que eram extremamente necessárias para o desenvolvimento do Estado. O mesmo voltou a ocorrer em 1914 quando a despesa realizada ultrapassou a orçada em 132:303\$247 e em 1915 quando o valor efetivo superou o orçado em 613:878\$017.

No ano de 1916 houve a criação de novas contas de crédito especiais e suplementares, como conseqüência a despesa efetiva superou a orçada em 1.024:569\$543.

Em 1917 ocorreu um aumento dos gastos com instrução pública que elevou a despesa em 182:260\$029 sobre o valor orçado.

No ano de 1918 a despesa efetiva não atingiu a despesa orçada restando assim um saldo de 64:989\$148. Este fato se repetiu novamente nos anos de 1919, 1920, 1921 e 1922 quando a despesa realizada ficou novamente abaixo da despesa autorizada. Em 1919 esta diferença foi de 1.042:731\$349, em 1920 de 905:031\$755, em 1921 de 2.321:219\$656 e em 1922 de 2.375:511\$414. Segundo a tesouraria foi possível chegar a estes resultados graças ao empenho de todos os órgãos do Estado que estavam dispostos a reduzir os custos e equilibrar as finanças catarinenses.

No ano de 1923 houve um considerável aumento da despesa autorizada e isso ocorreu porque vários investimentos em infra-estrutura, principalmente estradas, deveriam ser feitos neste ano. Mesmo assim a despesa efetiva foi superior a despesa orçada em 736:833\$252.

Em 1924 a despesa realizada foi inferior a despesa autorizada em 897:468\$245, mas é importante destacar que do total de despesas realizadas neste ano ficaram por pagar a quantia de 3.254:269\$730.

A despesa efetiva de 1925 foi inferior a despesa orçada em 3.657:869\$917 sendo que do valor total de despesas ficaram por pagar a quantia de 323:858\$140. O objetivo da administração era restringir a abertura de créditos suplementares. Os gastos do Estado já haviam sido reduzidos ao máximo, obras foram paralisadas e houve cortes no funcionalismo.

No ano de 1926 a despesa realizada voltou a ser superior a receita orçada em 1.802:281\$029. Não foi possível adiar a execução de algumas obras que haviam sido paralisadas no exercício anterior.

Em 1927 a despesa orçamentária foi superada pela realizada em 1.404:270\$360 e o Estado não tinha condições financeiras de cobrir esta despesa, por este motivo não foi saldada a quantia de 3.668:145\$381.

Nos anos de 1928 e 1929 a despesa realizada ultrapassou novamente a despesa orçada, os valores foram, respectivamente, 849:243\$865 e 799:037\$000. Os excessos verificados na despesa tinham origem nos vários créditos votados pela Assembléia Legislativa que obrigavam o executivo a constantes aberturas de créditos suplementares.

Pode-se dizer que a despesa catarinense oscilou muito durante os anos de 1903 e 1929, em alguns momentos a despesa realizada era superior a despesa orçada e em outros momentos o contrário acontecia. No entanto, é possível dizer que os dados referentes à despesa deste período apresentam, na sua grande maioria, uma trajetória crescente. O valor orçado e realizado no ano de 1903 é muito diferente do valor orçado e do valor realizado do ano de 1929 e isso ajuda a demonstrar o desenvolvimento do Estado.

É possível constatar também o esforço das autoridades no sentido de reduzir os gastos e equilibrar as finanças. Muitas vezes obras consideradas importantes para o Estado foram canceladas ou paralisadas temporariamente para que fosse possível se chegar o mais próximo possível das metas orçadas.

O gráfico 6 permite uma melhor visualização dos dados existentes na tabela 8.

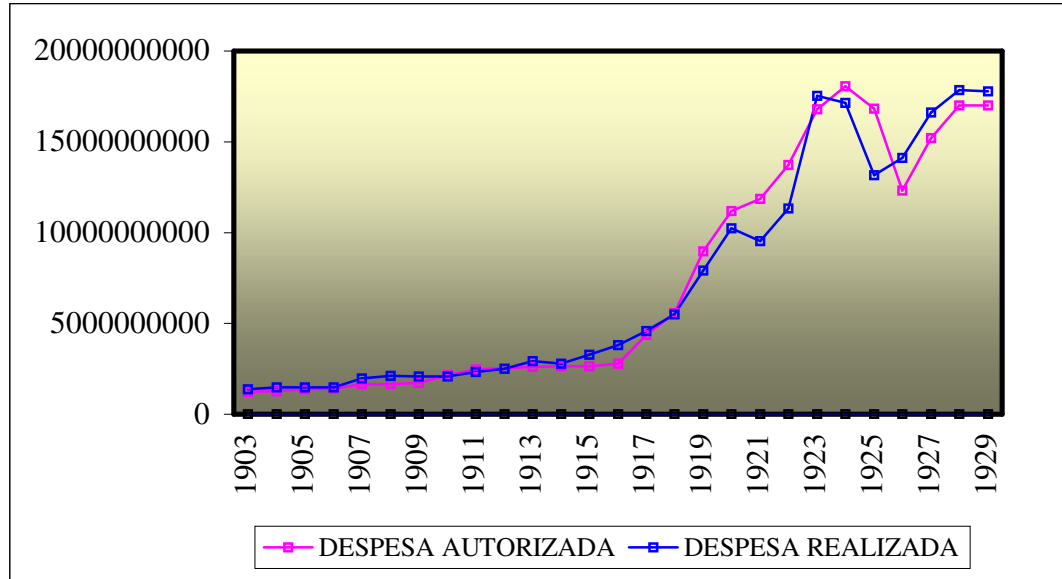


GRÁFICO 6: Despesa autorizada e despesa realizada – 1903 a 1929.
 Fonte: Tabela 8.

A tabela 9 mostra uma comparação entre a receita efetiva e a despesa realizada em Santa Catarina, em contos de réis, entre os anos de 1903 e 1929.

TABELA 9. Receitas e despesas efetivas – 1903 a 1929

ANO	RECEITA EFETIVA	DESPESA REALIZADA	SALDO
1903	1.453:576\$104	1.366:206\$563	(+) 87:369\$541
1904	1.515:385\$184	1.482:128\$607	(+) 33:256\$577
1905	1.284:527\$744	1.487:708\$419	(-) 203:180\$675
1906	1.492:540\$006	1.478:148\$694	(+) 14:391\$312
1907	1.970:379\$774	1.373:935\$486	(+) 596:444\$288
1908	1.995:220\$743	2.099:628\$038	(-) 104:407\$295
1909	1.820:978\$770	2.063:452\$810	(-) 242:474\$040
1910	1.903:345\$809	2.082:878\$287	(-) 179:532\$478
1911	2.420:506\$046	2.330:371\$092	(+) 90:134\$954
1912	2.593:769\$045	2.498:333\$728	(+) 95:435\$317
1913	2.805:147\$573	2.937:532\$971	(-) 132:385\$398
1914	2.345:571\$491	2.781:566\$262	(-) 435:994\$771
1915	3.329:275\$699	3.263:641\$032	(+) 65:634\$667
1916	3.660:400\$822	3.801:732\$743	(-) 141:331\$921
1917	5.036:746\$709	4.565:925\$539	(+) 470:821\$170
1918	5.816:838\$160	5.493:159\$257	(+) 323:678\$903
1919	7.888:946\$648	7.933:637\$045	(-) 44:690\$397
1920	8.957:870\$953	10.255:515\$702	(-)1.297:644\$749
1921	9.222:826\$663	9.558:989\$239	(-) 336:162\$576
1922	12.149:353\$939	11.344:441\$449	(+) 804:912\$490
1923	12.771:276\$319	17.525:532\$997	(-)4.754:256\$678
1924	15.836:792\$377	17.164:687\$691	(-)1.327:895\$314
1925	13.929:910\$644	13.176:824\$627	(+) 753:086\$017
1926	14.059:361\$639	14.120:133\$029	(-) 60:771\$390
1927	16.648:999\$903	16.604:270\$360	(+) 44:729\$543
1928	17.899:349\$478	17.849:243\$865	(+) 50:105\$613
1929	19.274:996\$298	17.799:037\$000	(+)1.475:959\$298

Fonte: Tabelas 7 e 8

Os déficits do período são uma consequência dos investimentos básicos que o Estado necessitava para se tornar competitivo a nível nacional, mas mesmo assim podemos dizer que os dados referentes à receita e a despesa deste período estiveram, na maior parte do tempo, em equilíbrio. Não há grandes variações entre um dado e outro o que nos permite concluir que o esforço das autoridades em manter o equilíbrio das contas públicas não foi em vão. Os gastos não estavam sendo feitos de forma desordenada, ao contrário, a

administração buscava os melhores momentos para investir e assim não comprometer a situação financeira do Estado a longo prazo.

O gráfico 7 mostra os dados expostos na tabela 9 e permite visualizar os momentos em que houve déficit e os momentos em que houve superávit no período compreendido entre 1903 e 1929.

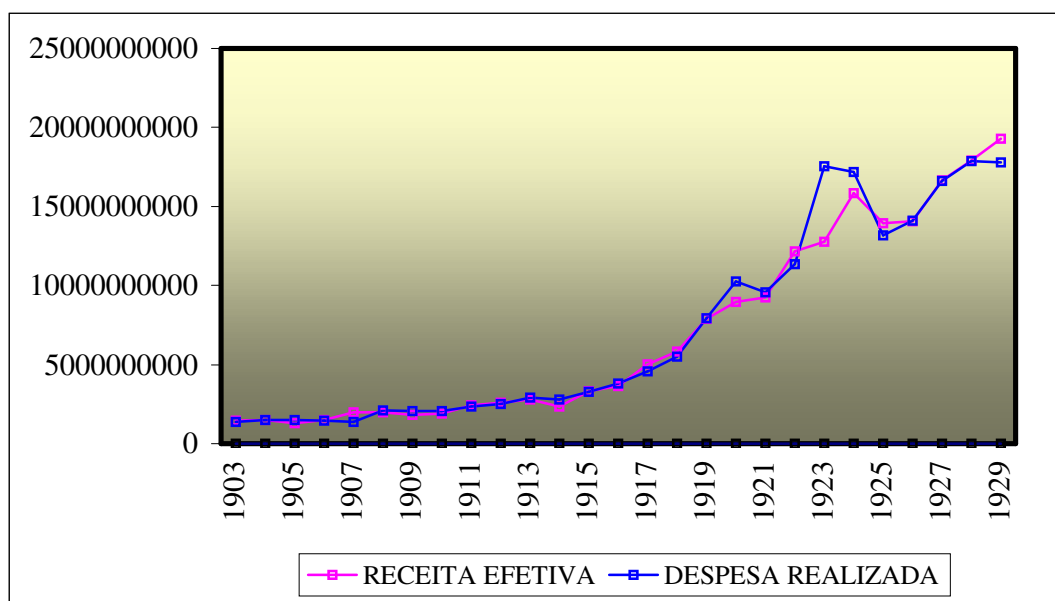


GRÁFICO 7: Receita efetiva e despesa realizada – 1903 a 1929.

Fonte: Tabela 9.

4.3.3. Sobre a dívida

Ao fim do exercício de 1903 a dívida ativa do Estado era de 232:475\$525. Haviam sido pagos os juros da dívida consolidada e também a importância de 118:364\$868 do total da dívida. Também foram contraídos empréstimos no total de 66:682\$345, no entanto, deste valor foram gastos apenas 48:519\$330.

A dívida ativa, excluindo a colonial, chegou a 270:602\$686 em 1904 sendo que deste valor era considerada insolúvel a quantia de 54:211\$616. No ano seguinte houve uma redução da dívida ativa que ao fim do exercício era de 259:623\$341 onde novamente 54:211\$616 eram considerados insolúveis. Em 1906 a dívida ativa caiu um pouco mais e fechou o ano em 255:428\$171, no entanto a quantia da dívida considerada insolúvel aumentou e fechou o ano totalizando 60:006\$167.

Em 1907 a dívida ativa, excluindo a colonial, não teve alteração e permaneceu em 270:602\$432, mas a quantia considerada insolúvel aumentou para 75:260\$573. A dívida passiva era ao fim do exercício de 1.489:945\$070 o que representava, segundo o relatório, uma redução de 118:646\$668 em relação ao ano anterior.

O pagamento dos juros da dívida consolidada estava sendo pontualmente feitos, assim como os demais compromissos do Estado. Devido a esta pontualidade nos pagamentos as nossas apólices estavam sendo valorizadas e passaram a ser cotadas no Rio de Janeiro facilitando deste modo as nossas operações de crédito caso tivéssemos que lançar mão desta quantia para realização de alguma obra importante com custo superior aos recursos orçamentários disponíveis.

Neste ano também foram feitos vários créditos especiais para atender as despesas com representação do Estado no cenário nacional, liquidação de acordos, pagamento de vencimentos e diárias, entre outros.

No ano de 1908 a dívida ativa, excluindo a colonial, subiu um pouco e fechou o exercício em 279:785\$310 sendo que deste valor a quantia de 80:369\$785 era considerada insolúvel.

Em 1909 foi celebrado, em Paris, um empréstimo na importância nominal de 150.000 libras com juros de 5% e amortização de 2% ao ano que deviam ser pagos

semestralmente. Este valor seria utilizado para conclusão de serviços de água, luz, estradas e outras obras públicas. A dívida ativa no encerramento do exercício havia chegado a 300:999\$003 e deste valor 80:012\$205 foram considerados insolúveis. O pagamento dos juros da dívida consolidada e os demais compromissos do Estado estavam sendo cumpridos com pontualidade.

No ano de 1911 houve uma redução da dívida ativa do Estado que encerrou o exercício totalizando 297:325\$424 onde 79:759\$781 eram considerados insolúveis. A dívida interna do Estado sofreu uma amortização de 108:976\$061 e ao fim do exercício somava 2.119:965\$143. Neste ano o presidente da República autorizou um auxílio ao estado de Santa Catarina na quantia de mil contos de réis para serem aplicados na reparação de obras públicas, socorros à população, a lavoura e as indústrias flageladas.

Em 1912 a dívida ativa do Estado, excluindo a colonial, aumentou e ao fim do exercício totalizava 413:028\$003 sendo que deste valor 79:739\$781 eram considerados insolúveis. Neste ano a dívida interna sofreu uma amortização de 59:091\$210 e ficou em 2.080:337\$841. O sorteio de apólices e o serviço de juros foram feitos pontualmente. A dívida externa do Estado era de 3.586:816\$303 e os compromissos também estavam sendo cumpridos com pontualidade.

No ano de 1913 houve uma redução a dívida ativa, excluindo a colonial, e ao fim do exercício este valor era de 393:776\$320 onde 80:009\$695 eram insolúveis. A dívida interna do Estado foi amortizada em 76:627\$532 e no fim do ano era de 2.236:921\$398. A dívida externa do Estado era de 3.489:686\$843 e os compromissos resultantes desta dívida estavam sendo pontualmente pagos.

Em 1914 a dívida ativa do Estado voltou a subir e ao fim do exercício era de 482:614\$904 sendo que deste valor 110:632\$974 eram considerados insolúveis.

A dívida ativa proveniente do exercício subiu, em 1915, 105:325\$689 ficando a dívida total em 580:021\$800 onde 146:269\$503 eram considerados insolúveis. A dívida interna era de 2.677:000\$000 e a dívida externa era de 3.248:476\$083, os pagamentos estavam sendo pontualmente feitos.

Em 1916 a dívida externa era, ao fim do exercício, de 3.168:205\$096 e a dívida interna era de 6.717:202\$337. A cobrança da dívida ativa no exercício de 1916 produziu 127:656\$237, a dívida total era de 602:597\$162 sendo que deste valor 179:877\$271 eram considerados insolúveis.

No ano de 1917 a dívida externa do Estado era de 2.987:693\$295 e a dívida interna de 6.469:650\$749. A dívida ativa, excluindo a colonial, chegou a 671:553\$708 onde 187:925\$612 eram insolúveis. Neste ano o valor arrecadado com a cobrança da dívida ativa foi de 58:969\$147.

A dívida externa, em 1918, era ao fim do exercício de 2.860:280\$533. Os pagamentos estavam sendo feitos com rigorosa pontualidade e isso provocava a simpatia dos governantes e da imprensa tanto dentro do país quanto no exterior. A dívida total interna atingiu a quantia de 6.723:173\$493. A dívida ativa contraída em 1918 foi de 117:723\$41; a importância cobrada neste ano foi de 93:693\$232 e com isso a dívida encerrou o exercício totalizando 695:583\$887.

O balanço feito após a Primeira Guerra Mundial considerava a situação econômica catarinense promissora. A dívida externa chegou a 2.726:751\$537 e a dívida interna era, no encerramento do exercício, de 8.411:035\$565.

Em 1922 a dívida pública consolidada no fim do exercício era de 5.217:700\$000 e a dívida ativa ficou em 1.583:164\$528.

No ano de 1923 os pagamentos da dívida externa do Estado estavam sendo prejudicados em virtude da situação cambial que estava sendo muito desfavorável nos dois últimos anos e que não indicava sinais de melhora no curto prazo. Os encargos com os serviços de juros e amortizações da dívida externa estavam sendo um pesado fardo para a administração. O montante da dívida era ao fim do exercício de 7.770:700\$000. A dívida ativa do Estado encerrou o ano em 1.647:658\$545.

Em 1924, após 15 anos de rigorosa pontualidade no pagamento dos empréstimos externos o saldo existente, em moeda nacional, era maior do que o débito existente quando o capital ainda estava inteiramente por ser pago. Este fato revelava a gravidade da situação.

Neste ano os pagamentos mais urgentes foram postos em dia. O caso do empréstimo americano era considerado um problema financeiro cuja solução dependia de medidas administrativas onde não poderia ser dispensada a colaboração do Congresso e uma negociação com os portadores de títulos.

Em 1925 o Estado encontrava-se impossibilitado de pagar as prestações já vencidas da dívida externa e de satisfazer pontualmente as que fossem vencendo e com isso propôs aos banqueiros que durante os próximos nove anos fosse feita uma modificação nas quotas de pagamento. A proposta do Estado foi aceita, os pagamentos em atraso receberiam novos juros de 8% ao ano. Assim, o Estado voltou a cumprir pontualmente seus compromissos.

No ano de 1927 a dívida passiva do Estado chegou a 69.931:445\$473. A dívida ativa atingiu a soma de 2.924:755\$777, mas deste total foram pagos 2.077:600\$725 o que reduz a dívida para 847:155\$052.

A dívida externa, em 1928, totalizava ao fim do exercício 45.135:000\$000. A dívida passiva encerrou o ano em 63.942:970\$211 e a dívida ativa chegou a 1.026:043\$386.

Mesmo sem ter todos os dados de todos os anos, podemos dizer que da mesma forma que a receita e a despesa evoluíram no decorrer dos anos abordados também houve um crescimento gradativo da dívida do Estado.

O levantamento destes dados também nós permitiu visualizar a fragilidade da nossa economia frente às variações cambiais e qual era a posição tomada por nossos governantes no sentido de solucionar o problema existente.

4.4. Avaliação dos dados

De maneira geral podemos dizer que a análise do período estudado nos permite concluir que houve uma evolução muito grande dos dados referentes a receita, a despesa e a dívida do Estado.

Os números referentes ao ano de 1929 estão bem distantes dos números referentes ao ano de 1880 e isso demonstra que o Estado estava buscando o desenvolvimento. As situações de déficit prevaleceram, mas isso não significa que a receita não evoluiu, ao contrário, houve uma evolução bastante expressiva dos dados referentes a receita, porém como as necessidades de investimento eram muito grandes o aumento da receita não acompanhou, na maioria das vezes, o aumento da despesa.

Para saber se a hipótese de Wager⁵ se aplica ao caso catarinense teríamos que comparar o crescimento da receita pública de Santa Catarina com seu PIB (Produto Interno Bruto). Como os dados referentes ao PIB não foram encontrados estamos supondo uma relação positiva entre o PIB e as exportações que deve refletir no crescimento da receita.

⁵ Para tanto verificar o capítulo III.

Os dados referentes à exportação foram encontrados a partir de 1906 até 1929 e a relação entre a receita e as exportações desses anos mostra um comportamento crescente que acaba comprovando a hipótese de Wagner de que a participação relativa do governo na economia cresce com o próprio ritmo de crescimento econômico do país.

A hipótese de Peacock e Wiseman de que o crescimento das despesas ocorre em função do aumento das possibilidades de obtenção de recursos que acontecem devido a fatores exógenos, como por exemplo, as guerras pôde ser avaliada durante o período em que ocorreu a Primeira Guerra Mundial. A economia do Estado já vinha apresentando uma trajetória crescente antes do advento da Primeira Guerra. É claro que os anos da guerra foram importantes para a economia catarinense, pois foi neste período que se verificou, de forma mais contundente, sinais de substituições de importações no Estado, um aumento das exportações e também um aumento da receita.

A Primeira Guerra Mundial serviu para aumentar a capacidade produtiva que já existia antes da guerra. A trajetória de ascensão já existia e continuou após o fim da guerra.

CAPÍTULO V

FINANÇAS DE SANTA CATARINA E DA UNIÃO – 1880 A 1929

Neste capítulo iremos comparar as despesas e as receitas da União com as despesas e as receitas de Santa Catarina. Procuraremos com isso visualizar a situação do nosso Estado no cenário nacional. O conteúdo deste capítulo será desenvolvido com base nos relatórios dos presidentes da província, relatórios dos governadores do Estado de Santa Catarina e dados do IBGE (1987).

5.1. Média das receitas e despesas da União

Nesta seção vamos levantar quais foram as receitas e as despesas da União entre os anos de 1880 e 1929. Para sintetizar o trabalho os dados foram agrupados de dez em dez anos e utilizaremos a média encontrada para cada período.

A tabela 10 mostra os resultados obtidos através do levantamento da receita efetiva e da despesa efetiva da União.

TABELA 10. Média das receitas e despesas efetivas da União –1880 a 1929 – em contos de réis

PERÍODO	RECEITA	DESPESA
1880 - 1889	146.699:666\$700	162.005:444\$400
1890 - 1899	277.898:300\$000	345.040:100\$000
1900 - 1909	407.431:300\$000	424.223:500\$000
1910 - 1919	544.554:100\$000	759.960:400\$000
1920 - 1929	1.562.810:000\$000	1.671.102:700\$000

Fonte: IBGE (1987, p. 570)

O gráfico 8 mostra a evolução da receita e da despesa média da União em contos de réis e permite uma melhor visualização dos dados citados na tabela 10.

O gráfico 8 nos permite verificar que durante todo o tempo a despesa realizada superou a receita efetiva, mas, tanto a receita quanto a despesa da União foram aumentando no decorrer dos anos e andaram sempre muito próximas uma da outra, o que demonstra uma certa regularidade. Os dados referentes a inflação desse período não foram encontrados.

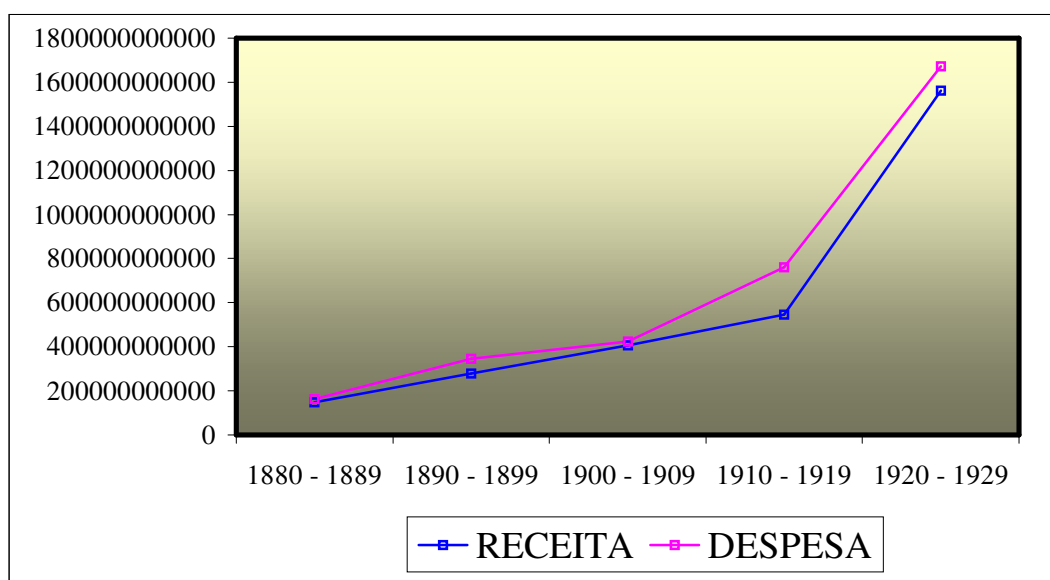


GRÁFICO 8: Receitas e despesas efetivas da União- 1880 a 1929.

Fonte: Tabela 10.

Não foi possível verificar se os valores obtidos ficaram próximos daquilo que estava previsto porque a receita e a despesa orçadas pela União para estes períodos não foram encontradas.

5.2. Média das receitas e despesas de Santa Catarina

Os dados já levantados no capítulo IV sobre Santa Catarina foram também agrupados de dez em dez anos, desta forma trabalharemos agora com a média de cada período.

A tabela 11 mostra os dados referentes à receita e a despesa do Estado entre os anos de 1880 e 1929.

TABELA 11. Média das receitas e despesas de Santa Catarina – 1880 a 1929 – em contos de réis

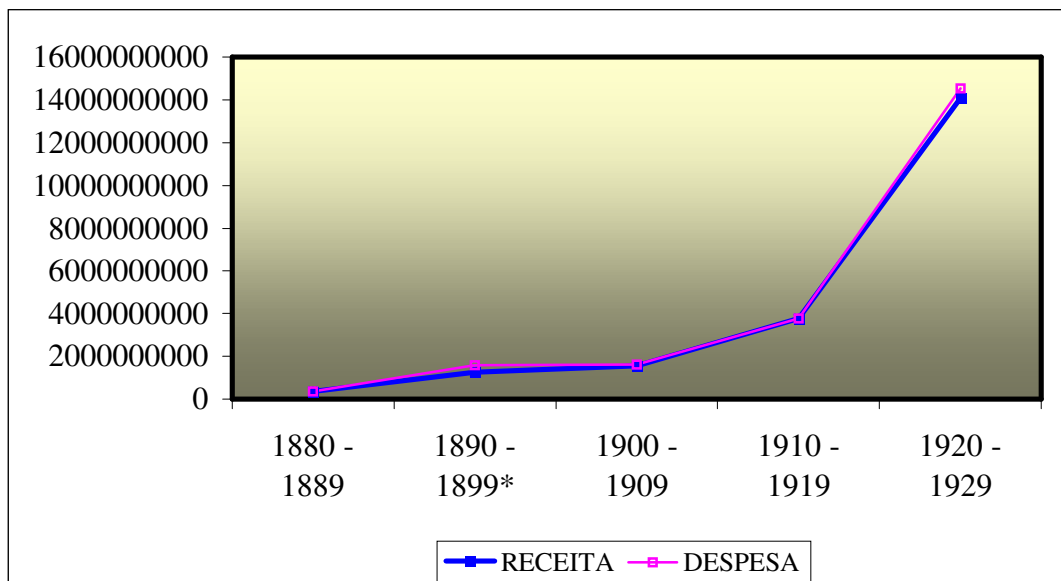
PERÍODO	RECEITA	DESPESA
1880 - 1889	344:162\$928	357:968\$912
1890 - 1899*	1.244:565\$062	1.578:457\$771
1900 - 1909	1.546:672\$880	1.608:156\$671
1910 - 1919	3.780:054\$800	3.768:877\$796
1920 - 1929	14.075:073\$821	14.539:867\$596

(*) A média deste período foi feita apenas com os dados de 1895, 1896, 1897 e 1899.

Fonte: Capítulo IV

O gráfico 9 mostra a evolução da receita e da despesa média do Estado catarinense, em contos de réis, com base nos dados divulgados na tabela 11.

Podemos dizer que as despesas médias e as receitas médias de Santa Catarina entre os anos de 1880 e 1929 ficaram muito próximas umas das outras; as duas andaram praticamente juntas, o que demonstra que todo o empenho da administração (descrito no capítulo IV) no sentido de manter o equilíbrio das contas dos Estado, não foi em vão.



(*) A média deste período foi feita apenas com os dados de 1895, 1896, 1897 e 1899.

GRÁFICO 9: Receitas e despesas efetivas de Santa Catarina – 1880 a 1929.

Fonte: Tabela 11.

5.3. Comparação da receita catarinense com a receita da União

Nesta seção iremos fazer um comparativo da variação das receitas catarinenses com as receitas da União. Os valores utilizados serão os mesmos das tabelas 9 e 10, no entanto, passaremos estes valores para a forma de números índices com a finalidade de eliminar a unidade de medida, fazendo com que os valores passem a ser relativos, ou seja, o nível da variável deixará de ter sentido e o que importará será somente a sua variação (Braule, 2000, p. 83).

A tabela 12 mostra a média das receitas da União e de Santa Catarina dentro do período estudado sob a forma de números índices fixados na base 100.

TABELA 12. Receita média da União e receita média catarinense – 1880 a 1929 – em números índices na base 100

PERÍODO	RECEITA DA UNIÃO	RECEITA CATARINENSE
1880 - 1889	100	100
1890 – 1899 *	189	361
1900 - 1909	146	124
1910 - 1919	133	244
1920 - 1929	286	372

(*) A média de Santa Catarina para este período foi feita apenas com os dados de 1895, 1896, 1897 e 1899.
Fonte: Tabelas 10 e 11

O gráfico 10 ilustra as variações apontadas na tabela 12 e nos permite verificar que tanto as receitas catarinenses quanto às receitas da União não seguiram apenas uma tendência, de alto ou de baixa, as duas oscilaram muito entre os anos do período estudado, no entanto, as receitas de Santa Catarina apresentaram uma variação maior do que as receitas da União. As receitas da União mostraram uma evolução mais proporcional. Santa Catarina ainda estava consolidando o processo de industrialização iniciado em 1880 que substituiu a economia de subsistência que sustentava o sistema colonial pela economia industrial. As diferentes regiões do Estado se destacam na produção e comercialização de diferentes produtos e o resultado conjunto do desempenho de cada uma dessas regiões é que determinava o desempenho final do Estado. Como ainda havia uma fragilidade econômica muito grande qualquer variação nos dados de uma região impactava nos resultados do Estado e isso fazia com que as oscilações catarinenses fosse maiores do que as oscilações da União.

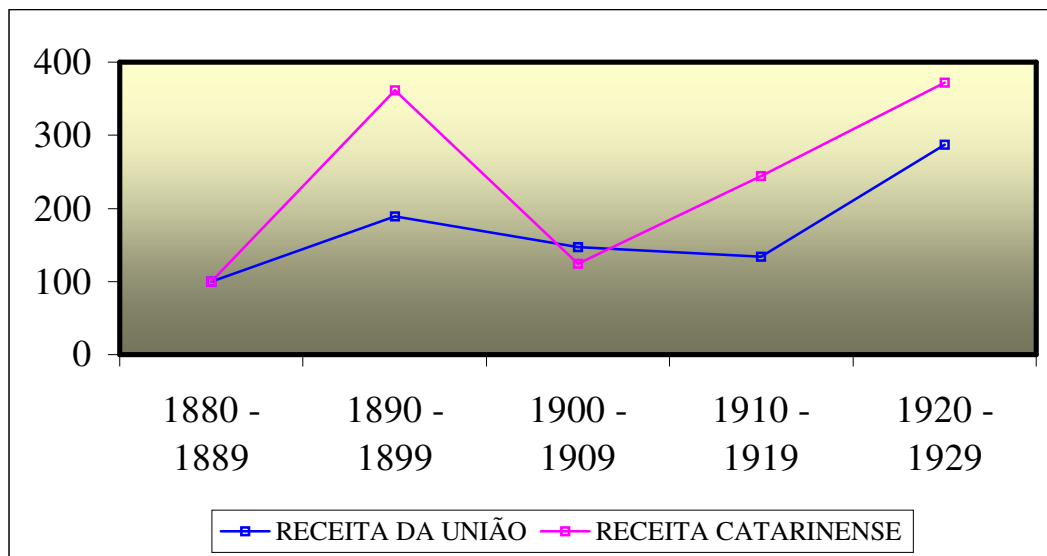


GRÁFICO 10: Receitas efetivas da União e de Santa Catarina – 1880 a 1929.
 Fonte: Tabela 12.

5.4. Comparação da despesa catarinense com a despesa da União

Para realizar a comparação da despesa de Santa Catarina com a despesa da União usaremos o mesmo padrão utilizado para comparação da receita, ou seja, iremos comparar os valores sob a forma de números índices. Utilizaremos os números índices para novamente poder fazer com que o nível da variável deixe de ter sentido, assim poderemos nos preocupar apenas com a sua variação.

A tabela 13 mostra os dados referentes à despesa de Santa Catarina e à despesa da União.

TABELA 13. Despesa média da União e despesa média catarinense – 1880 a 1929 – em números índices na base 100

PERÍODO	DESPEZA DA UNIÃO	DESPEZA CATARINENSE
1880 - 1889	100	100
1890 - 1899*	212,	440
1900 - 1909	122	101
1910 - 1919	179	234
1920 - 1929	219	385

(*) A média de Santa Catarina para este período foi feita apenas com os dados de 1895, 1896, 1897 e 1899.
 Fonte: Tabelas 11 e 12

O gráfico 11 ilustra os dados expostos na tabela 13 e nos permite verificar que as despesas de Santa Catarina tiveram uma variação maior do que as despesas da União em praticamente todo o período estudado. Apenas entre os anos de 1900 e 1909 as despesas da União superaram a despesa catarinense.

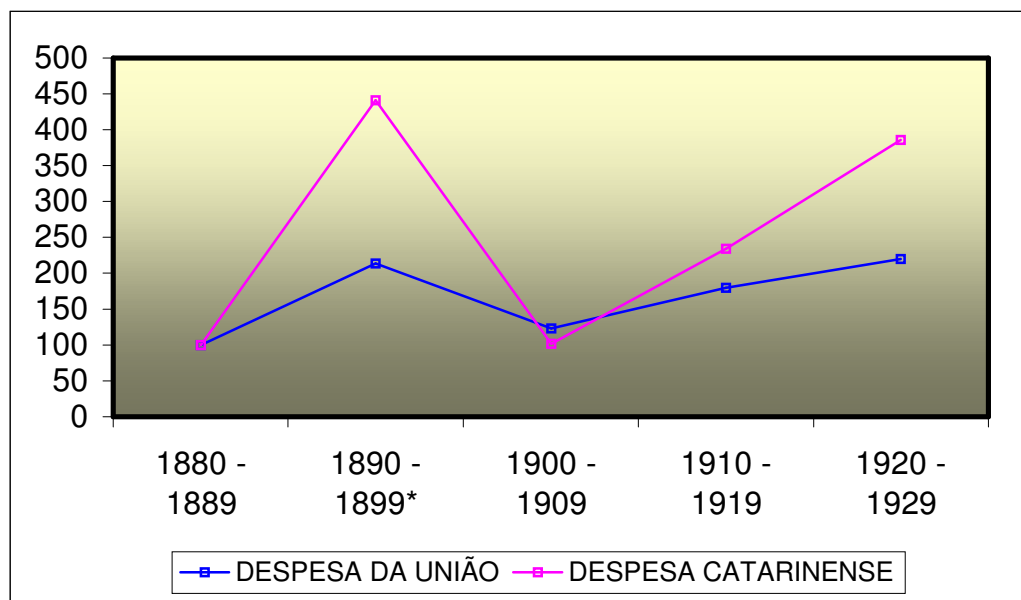


GRÁFICO 11: Despesas realizadas da União e de Santa Catarina – 1880 a 1929
 Fonte: Tabela 13

A análise das receitas e despesas da União com as receitas e despesas de Santa Catarina nos permite concluir que, tanto as receitas quanto às despesas catarinense oscilaram muito mais do que as despesas e receitas da União. As situações de déficit prevaleceram durante todo o período para a União e na maior parte dele para Santa Catarina, apenas a média feita entre os anos de 1910 e 1919 não apresentou um saldo negativo.

O fato de o déficit ter prevalecido na maior parte do tempo em Santa Catarina não é nenhuma surpresa, pois as necessidades de investimentos eram muito grandes naquela época. A infra-estrutura do Estado, por exemplo, era muito precária e isso comprometia seu desenvolvimento.

A captação de recursos, apesar de ter se elevado ao longo do período e de muitas vezes ter superado a quantia orçada, também não era suficiente. Ela estava atrelada principalmente a cobrança de impostos, sobretudo o de exportação, e isso deixava o Estado vulnerável a possíveis variações que não estavam previstas.

O fato é que para poder aumentar a receita ao nível desejado era preciso fazer investimentos que incentivassem a indústria, o comércio e a agricultura, ou seja, o Estado deveria dar condições que impulsionassem o desenvolvimento. Para que isto fosse possível a administração teria que investir pesado na construção de estradas, em comunicação, qualificação de pessoal, entre outros.

Portanto, o déficit das contas públicas seria inevitável no curto prazo devido a esta grande quantidade de investimentos que eram fundamentais para o desenvolvimento do Estado, no entanto, a expectativa é de que no longo prazo este quadro seja revertido já que o número de investimentos necessários não será mais tão elevado e já existirão condições

que propiciaram o aumento da renda do Estado sem que haja a contrapartida de aumento da despesa.

Apesar de haver uma grande variação tanto da receita quanto da despesa, entre um período e outro, a situação do nosso Estado pode ser considerada próspera, pois, como mostra o gráfico 9 a receita e a despesa andaram praticamente juntas, a variação encontrada era muito pequena.

A mesma situação verificada em Santa Catarina também aconteceu para a União. O déficit prevaleceu durante todo o período estudado. Isso mostra que os acontecimentos daqui não podem ser considerados como um fato isolado, ao contrário, eles refletem a situação do cenário nacional. Portanto, o surto industrial que atingiu o Estado em 1880 atingiu o país como um todo. A necessidade de investimentos em infra-estrutura que facilitassem o desenvolvimento também não era um problema exclusivo do Estado catarinense, o país de uma forma geral precisava de investimentos. O processo de substituição de importações que se iniciou com a Primeira Guerra Mundial e que permitiu uma maior utilização da capacidade produtiva existente afetou todo o território nacional. A crise do setor cafeeiro nacional também teve impacto na economia catarinense, sobretudo através das exportações realizadas para dentro do país.

A economia de Santa Catarina estava intimamente ligada a economia nacional. Por este motivo existe uma certa proporcionalidade entre os dados da União e os dados catarinenses.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou apresentar, com base nos relatórios dos presidentes da província catarinense até 1889 e com base nos relatórios da tesouraria do Estado a partir de então até 1929, a forma como as finanças públicas eram organizadas.

Para entender a importância das finanças no desenvolvimento foi necessário apresentar, de forma sintética, a evolução histórico – econômica de Santa Catarina. Foi possível verificar que a partir de 1880 ocorre uma transição da economia colonial que satisfazia apenas as necessidades locais para uma economia industrial onde se destacavam, principalmente, a indústria têxtil e a indústria alimentícia..

As finanças públicas do Estado expandiram-se paralelamente à expansão das exportações. A maior fonte de arrecadação do Estado, durante o período estudado, foi aquela que estava relacionada à cobrança de impostos, principalmente os impostos sobre exportações.

Havia uma necessidade de investimentos em infra – estrutura muito grande e o desenvolvimento do Estado estava atrelado a estes investimentos.

Primeiramente realizamos uma comparação entre as receitas e as despesas de Santa Catarina que nos permitiu verificar que as situações de déficit prevaleceram na maior parte do período analisado, no entanto, também foi possível constatar que tanto as despesas quanto às receitas foram aumentando gradativamente durante os anos em questão, o que de certa forma demonstra o desenvolvimento do Estado.

Também foi feito um comparativo entre as despesas e as receitas catarinenses com as despesas e receitas da União que nos possibilitou verificar a situação de Santa Catarina no cenário nacional.

Os anos da Primeira Guerra Mundial e os anos posteriores à guerra foram importantes para a economia catarinense porque o processo de substituição de importações ganhou força e isso facilitou a inserção da economia catarinense no mercado nacional. A Primeira Guerra Mundial possibilitou uma maior utilização da capacidade produtiva já existente antes da guerra.

Os dados referentes à dívida do Estado não foram muito enfatizados nos relatórios, mas podemos dizer que a dívida catarinense aumentou juntamente com a evolução dos dados referentes à receita e a despesa.

A interpretação dos relatórios foi dificultada pelo estado em que estes documentos se encontravam e também pela linguagem utilizada na época que era bastante diferenciada da linguagem atual. Mas, foi possível verificar os principais problemas do período bem como as medidas tomadas pela administração para melhorar a situação financeira do Estado.

Este assunto pode voltar a ser alvo de discussão similar à da presente monografia caso os relatórios que estavam incompletos e os anexos que não foram encontrados sejam disponibilizados, pois assim será possível realizar a avaliação completa do período. Pode-se ainda integrar os dados disponíveis neste trabalho com o estudo de Mello (2003) para assim realizar uma avaliação da série completa, levando em consideração também as taxas inflacionárias do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALEEIRO, Aliomar. **Uma Introdução à Ciência das Finanças e à Política Fiscal**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1964. 384p.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. Tradução de Edite Sciulli. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002. 509p.

BRAULE, Ricardo. **Estatística Aplicada com Excel**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. 312p.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1987. 504p.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. **Evolução Histórico- Econômica de Santa Catarina: Estudos das Alterações Estruturais (Século XVII-1960)**. Florianópolis: Sebrae, Ceag-SC, Codesul, SIC, Codesc, BRDE, Badesc, Besc, Procape, 1980. 214p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas Históricas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 512p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2002. 492p.

GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. 276p.

LEFF, Nathaniel H. **Subdesenvolvimento e Desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1991. 281p.

MELLO, Sílvio Silva Figueira. **Finanças Públicas em Santa Catarina no Século XIX**. 80f. Monografia (Graduação em Economia) – Departamento de Economia - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina 2003/1.

MUSGRAVE, Richard A. MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças Públicas**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. 673p.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: Sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1983. Cap.25 – A Economia Catarinense, de 1889 a 1930, p.550- 562.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. São Paulo: Editora Atlas, 2001, 367p.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930: a dominação oculta**. Brasília: Editora Brasiliense, 1993. 101p.

FONTES DE PESQUISA

BRASIL, Arquivo Nacional. **Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República**. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/memoria/_site/presidente>.

UNIVERSIDADE DE CHICAGO. **Mensagens dos Presidentes das Províncias (1830 – 1930)**. Disponível em <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>.